



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR  
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-  
GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO AMBIENTAL**

**PAULO MARCIO SANTOS DE QUEIROZ**

**CORDEL: UM INSTRUMENTO PARA A EDUCAÇÃO  
AMBIENTAL**

SALVADOR BA  
2012

**PAULO MARCIO SANTOS DE QUEIROZ**

**CORDEL: UM INSTRUMENTO PARA A EDUCAÇÃO  
AMBIENTAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre, em Planejamento Ambiental, do Programa de Pós-graduação, da Universidade Católica de Salvador.

Orientador: Prof: Dr. Amilcar Baiardi

SALVADOR/BA  
2012

UCSAL. Sistema de Bibliotecas.

Q3 Queiroz, Paulo Marcio Santos de.  
Cordel:um instrumento para a educação ambiental./Paulo Marcio  
Santos de Queiroz. – Salvador, 2012.  
110 f.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica do Salvador.  
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado Profissional  
em Planejamento Ambiental.  
Orientação: Prof. Dr. Amílcar Baiardi.

1. Educação ambiental. 2. Ecopedagogia. 3. Literatura de Cordel .I.  
Título

CDU504.06:398.5



**Universidade Católica do Salvador**

Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação

Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental

Homologado pelo CNE (Portaria Nº. 73, 17/01/2007)

## TERMO DE APROVAÇÃO

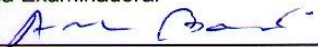
**Paulo Márcio Santos de Queiroz**


**Cordel: um instrumento para a educação ambiental.**


Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Planejamento Ambiental.

Salvador, 20 de novembro de 2012.

Banca Examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
Prof(a). Pós-Dr(a).  
Amílcar Baiardi  
Pós-Doutorado  
Universidade Católica do Salvador – UCSal

  
\_\_\_\_\_  
Prof(a). Dr(a).  
Cristina Maria Macêdo de Alencar  
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
Universidade Católica do Salvador - UCSal

  
\_\_\_\_\_  
Prof(a). Pós-Dr(a).  
Ana Cecília de Sousa Bittencourt Bastos  
Pós-Doutorado  
Universidade Católica do Salvador - UCSal

*Dedico*

Aos meus pais; Pai, Paulo Roberto Costa de Queiroz, Mãe, Nilzete Domingas Santos de Queiroz: Pelo exemplo de humildade que demonstra em família e na sociedade, sempre acreditando que é possível superar os problemas da vida através da união da família. A Michelle Almeida pelo companheirismo e solidariedade demonstrado nos momentos de alegria bem como nos mais difíceis do percurso desse trabalho, reflexo do caráter que possui.

## **Agradecimentos**

- \* *Em primeiro lugar a **Deus**, por ter me dado a vida, sempre ao meu lado iluminando meus caminhos e dando-me discernimento para a realização de mais uma etapa de minha vida;*
- \* *A minha **mãe** e ao meu **pai** por todo carinho e amor dedicados a mim durante toda essa trajetória;*
- \* *A minha **namorada**, pela compreensão, amor e carinho. Por fazer parte de meus planos. Você me faz feliz cada vez mais;*
- \* *Aos meus **colegas de sala**, que estiveram presentes durante a realização deste trabalho;*
- \* *A Professora **Dr. Maria Helena Flexor**, pelo exemplo de profissionalismo.*
- \* *A meu orientador, **Amílcar Baiardi**, sempre presente na realização deste trabalho, pelos ensinamentos transmitidos e pela calma;*
- \* *A **Universidade Católica de Salvador**, e **todos os professores** do curso de Mestrado profissional em Planejamento Ambiente;*
- \* *Aos cordelista **Antônio Carlos Alves Bonfim** (Toinho da viola) e **Antonio Barreto** (Barretinho) pelos valiosos trabalhos dedicados a manter viva na nossa cultura o cordel.*
- \* *A **todos** que de alguma forma estiveram e estão presentes em minha vida.*

**Obrigado!**

***Os 10 mandamentos do amigo do planeta***

- 1. Só jogue lixo no lugar certo***
- 2. Poupe água e energia***
- 3. Não desperdice***
- 4. Proteja os animais e as plantas***
- 5. Proteja as árvores***
- 6. Evite poluir seu meio ambiente***
- 7. Faça coleta seletiva do lixo***
- 8. Só use biodegradáveis***
- 9. Conheça mais a natureza***
- 10. Participe dessa luta***

***<http://www.santaluzia.org.br/?p=2693>***

## RESUMO

Queiroz, Paulo Marcio Santos de. Cordel: um instrumento para a educação ambiental. 110 f.: il. Salvador, 2012. Dissertação (mestrado) Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental - Universidade Católica do Salvador, 2012.

Este estudo foi desenvolvido pautado na metodologia da pesquisa-ação para avaliar o projeto de educação ambiental no Colégio Municipal Maria Eleonora Cahyba, no município de Jitaúna-BA, cujo o objetivo geral foi desenvolver o ensino/aprendizagem utilizando o cordel como instrumento da ecopedagogia e como objetivos específicos: Promover a socialização, por meio dos trabalhos em grupo; Proporcionar momentos de reflexão sobre a língua; Ampliar o vocabulário do aluno; Utilizar a poesia de cordel como recurso pedagógico para debater temas relacionados à educação escolar; Estimular a leitura, a escrita e a reescrita na produção e edição de folhetos de cordel; Contribuir para o resgate da literatura de cordel na perspectiva de transformá-la em veículo de comunicação de massa. Como se trata de um estudo com metodologia da pesquisa-ação com ênfase na ecopedagogia, possuindo como atores sociais coordenadores pedagógicos, professores, pesquisador e educandos, [...] Os resultados desta pesquisa demonstram a importância da Ecopedagogia no Currículo escolar do ensino fundamental e as suas contribuições para a formação continuada de indivíduos, e o uso do cordel como instrumento para a ecopedagogia contribuiu para a aquisição de novos conhecimentos sobre o meio ambiente e as formas de abordagens da temática no contexto educacional, bem como para a conscientização sobre a necessidade do uso racional dos recursos naturais e da formação do cidadão planetário. O estudo permite afirmar que há um avanço na formação, com reflexos na sala de aula e no ambiente social, ao oportunizarmos uma ampliação das discussões sobre a temática meio ambiente e seus aspectos pedagógicos, face à situação crítica que vivenciamos em nosso planeta. Os alunos todos da 5ª série do ensino Fundamental abordaram, de forma contextualizada através do cordel temas como lixo, poluição, desmatamento, fauna, flora, preservação ambiental e água, em um processo multidisciplinar. Diante dos resultados fica comprovada a hipótese da pesquisa sobre a efetividade da ecopedagogia com o uso do cordel como proposta para o ensino/aprendizagem.

Palavras-chaves: Ecopedagogia; Educação Ambiental; Cordel.



## **ABSTRACT**

Queiroz, Paulo Marcio Santos. Cordel: a tool for environmental education. 110 f.: Il. Salvador, 2012. Dissertation (Master's Degree) Professional Masters in Environmental Planning - Catholic University of Salvador, 2012.

This study is guided by the methodology of action research to assess the project in the College Hall Cahyba Maria Eleonora, in the municipality of Jitaúna-BA. It has the head objective: To develop teaching / learning the string used as an instrument of eco-pedagogy. And the following objectives: To promote socialization through group work, provide moments of reflection on language, the vocabulary of the pupil larger, the poetry of use string as a pedagogical resource to discuss issues related to school education, encourage reading, writing and rewriting and editing in the production of leaflets twine; contribute to the rescue of string literature in view of transforming it into a vehicle of mass communication. Since this is a study with action research methodology with emphasis on eco-pedagogy, as social actors possessing educational coordinators, teachers, researchers and students. The results presented and discussed showing the importance of eco-pedagogy Curriculum in the Elementary School and their contributions to the continuing education of individuals, and use the string as a tool for eco-pedagogy contributed to the acquisition of new knowledge about the environment and the ways approaches the subject in the educational context, and to raise awareness about the need for rational use of natural resources and the formation of planetary citizen. According to the study that there is a breakthrough in training, reflected in the classroom and the social environment, the nurture an expansion of the discussions on the subject environment and its educational aspects, given the critical situation we experienced on our planet. Students of all 5th grade of elementary school approached, in context of the string through topics such as waste, pollution, deforestation, wildlife, flora, environmental preservation and water in a multidisciplinary process. Before the results are proved the hypothesis of the research on the effectiveness of eco-pedagogy using the string as proposed for the teaching / learning.

Keywords: Ecopedagogy; Environmental Education; Twine.

## LISTA DE SIGLAS

**ABS** – Regime de acesso e Repartição da Biodiversidade

**Art** – artigo

**BA** – Bahia

**CETESB** – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental

**CNUMAD** – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

**CO<sub>2</sub>** – gás carbônico

**COP** – Conferência das Partes

**COP 10** – décima Conferência da Diversidade Biológica da ONU

**COP 15** – décima quinta Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas.

**COP 3** – terceira Conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas

**COPs** – Conferências das Partes

**DIREC** – Diretoria Regional de Educação e Cultura

**DIREC-13** - Diretoria Regional de Educação e Cultura da região responsável pela jurisdição das regiões da Mata atlântica, Mata de cipó, até a Caatinga.

**EA** – Educação Ambiental

**ECO 92** – Rio-92, Cúpula ou Cimeira da Terra ou Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

**ICAE** – Conselho Internacional de Educação de Adultos

**ICEA** – Associação Internacional de Educação Comunitária

**IERP** – Colégio Estadual Instituto Regis Pacheco

**LDB** – lei de diretrizes e bases

**MEC** – Ministério da Educação e Cultura

**nº** – número

**ONG** – Organizações Não Governamentais

**PCN** – Parâmetros Curriculares Nacionais

**PPP** – Planos de Política Pedagógica

**proEASE** – Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional

**REDD** – redução de emissões por desmatamentos e degradação

**SAEB** – Sistema Nacional de Educação Básica

**SEC** – Secretaria de Educação e Cultura

**SEMA** – Secretaria Especial de Meio Ambiente

**SUM** – Serviço Universitário Mundial

**UNEP** – Programa das Nações Unidas

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

**UNFCCC** – Union Nations Framework Conventionon Climate Change

**UPN** – União Protetora da Natureza

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Método do Arco, de Charlez Maguerez.....	69
Figura 2 – Fachada do Colégio Municipal Maria Eleonora Cahyba .....	71
Figura 3 –Mapa da Jurisdição da DIREC-13.....	72
Figura 4 – Apresentação do projeto no Colégio Gilda Ramos dos Santos.....	79
Figura 5 – Alunos do 2º ano B do Colégio Estadual Gilda Ramos dos Santos .....	81
Figura 6 – Apresentação no Colégio Municipal Maria Eleonora Gajahyba .....	82
Figura 7 – Alunos apresentando o projeto.....	83
Figura 8 – Apresentação do Projeto de Cordel e Educação.....	84
Figura 9 – Apresentação da 5ª B.....	85
Figura 10 – Apresentação da 5ª E sobre Cordel.....	86
Figura 11 – Cordel: Lixo.....	86
Figura 12 – Apresentação da 5ª G.....	87
Figura 13 – Cordel: O aquecimento global.....	87
Figura 14 – Cordel: Alterações do ambiente.....	88

## **LISTA DE GRÁFICOS**

<b>Gráfico 1 – Concepção dos alunos sobre a relevância da Educação Ambiental para o futuro .....</b>	<b>94</b>
<b>Gráfico 2 – Tema de interesses do aluno dentro da Educação Ambiental .....</b>	<b>95</b>

## LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Entrevista com os três professores .....	92
Tabela 2 – Conhecimentos dos 271 alunos da 5ª série sobre Educação Ambiental .....	94

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	15
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	19
2.1 CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	19
2.2 ECO 92, O SURGIMENTO DA ECOPEDAGOGIA E OS PCNS.....	25
2.3 A UTILIZAÇÃO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	35
2.4 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	39
2.5 A ESCOLA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	45
2.6 LITERATURA DE CORDEL.....	54
<b>2.6.1 Diferenças entre o Cordel Brasileiro e Lusitano</b> .....	55
<b>2.6.2 Cordel: Meio de Informação</b> .....	57
<b>2.6.3 Região de destaque do cordel: nordeste</b> .....	60
<b>2.6.4 O cordel como processo educativo</b> .....	61
3.1 TIPO DE PESQUISA .....	66
3.2 CENÁRIO DA PESQUISA.....	71
3.3 SUJEITOS OU ATORES SOCIAIS .....	74
3.4 INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	75
3.5 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	76
<b>4 APLICAÇÃO DA INTERVENÇÃO</b> .....	78
4.1 ECOPEDAGOGIA COM CORDEL NO COLÉGIO ESTADUAL GILDA RAMOS DOS SANTOS (2009) .....	78
4.2 ECOPEDAGOGIA COM CORDEL NO COLÉGIO MUNICIPAL MARIA ELEONORA CAJAHYBA (2010).....	82
<b>5 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS</b> .....	89
5.1 ENTREVISTAS COM PROFESSORES .....	89
5.2 ENTREVISTAS COM ALUNOS.....	92
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	96
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	98
<b>APÊNDICES</b> .....	103
APÊNDICE A – ENTREVISTA COM OS PROFESSORES.....	104
APÊNDICE B – ENTREVISTA COM OS ALUNOS DA 5ª SÉRIE .....	105
APÊNDICE C – PROJETO DE INTERVENÇÃO DIDÁTICA COM GÊNEROS TEXTUAIS .....	106

## APRESENTAÇÃO

Para melhor organização deste trabalho o mesmo foi construído em partes que se relacionam entre si:

Na primeira parte, intitulada introdução foram descritos conceitos preliminares de Educação Ambiental, cordel, a justificativa do estudo, problema, objetivos, metodologia utilizada e relevância do estudo.

Na segunda parte, intitulada referencial teórico, trata da evolução da educação ambiental, desde as conferências internacionais até as leis nacionais, e como esta disciplina está sendo trabalhada nas escolas através dos currículos, analisando a evolução da escola bem como a integração da comunidade nas decisões tomadas por meio dos Projetos, Políticas, Pedagogias. O referencial teórico envolve a vida de toda a comunidade escolar e o desenvolvimento e abordagem que a educação ambiental vem sofrendo desde a sua implantação em escala nacional no período da ditadura militar, até hoje, com a implantação do programa proEASE, nas 5ª séries do ensino fundamental, como disciplina optativa no estado da Bahia e finalizamos com breve histórico sobre a origem da literatura de cordel, contextualizando o gênero como instrumento de ensino/aprendizagem.

Na terceira parte, descrevemos a metodologia utilizada, optamos pelo método da problematização, pois esta norteia as bases da ecopedagogia, possibilitando o desenvolvimento crítico, criativo e ético responsável nos indivíduos.

Na quarta parte, denominada de análise dos dados é apresentada a ecopedagogia utilizando cordel, de forma discutida a partir dos dados obtidos pelo estudo.

Já na quinta parte discute-se os dados descritos propositivamente: como a abordagem da educação ambiental pelo sistema escolar de ensino, bem como a utilização do cordel como material didático, podem servir como um valioso instrumento na conscientização e mudança de comportamento dos indivíduos, tentando assim resolver problemas ambientais concretos entre a sociedade e o meio ambiente, o que interfere e influencia na qualidade de vida de todos.

Na sexta parte, descrevemos nossas considerações finais sobre os achados da pesquisa.



## 1 INTRODUÇÃO

A literatura de cordel consiste em uma espécie de poesia popular que é impressa e divulgada em folhetos ilustrados com o processo de xilogravura; também são empregadas desenhos e clichês zincografados. O cordel recebeu esta denominação, pois, em Portugal, seu lugar de origem, eram expostos amarrados em cordões, estendidos em pequenas lojas de mercados populares ou até mesmo nas ruas. A literatura de cordel chegou ao território brasileiro por volta do século XVIII, através dos próprios portugueses. Aos poucos, foi tornando-se cada vez mais popular. Hoje em dia, podemos encontrar esse tipo de literatura, principalmente na região Nordeste do Brasil. Ainda são vendidos em lonas ou malas estendidas em feiras populares.

Uma das características da literatura de cordel é seu baixo custo, por isso, geralmente esses pequenos livros são vendidos pelos próprios autores; muitos deles possuem tom humorístico e também retrata fatos da vida cotidiana da cidade ou da região.

Assim, a literatura de cordel constitui-se um tema que visa despertar o interesse e a curiosidade na comunidade escolar, principalmente no que se refere aos versos e rimas, em geral declamados nas feiras livres, que acontecem nos dias de sábado nas cidades interioranas do Nordeste. As feiras constituem-se numa 'festa' nas cidades pequenas, pois não é somente o dia de comprar mantimentos, e repor os estoques da despensa caseira; é dia, inclusive, de rever os amigos, 'colocar a conversa em dia' e informar-se acerca das novidades mais recentes, muitas vezes contadas e cantadas em forma de cordel.

Em 2009, na condição de diretor do Colégio Estadual Gilda Ramos dos Santos, na cidade de Jitaúna, a 25 km, da cidade de Jequié, região considerada por muitos cordelistas como pólo de produção e venda desse produto cultural, especialmente nas décadas de 1950 e 1960, tivemos contato com a literatura de cordel quando, surgiu a necessidade de conhecê-lo mais profundamente.

O evento responsável por essa inquietação foi a aproximação com Antônio Carlos Alves Bonfim, cognominado Tonho da Viola, um cordelista da cidade de Ipiaú/BA, que há muito, trabalhava com esta vertente da produção poética, junto a

professores, em algumas escolas da região. O mesmo nos apresentou sua produção que tinha como foco principal os temas históricos regionais. Germinou daí o interesse em realizar estudo mais aprofundado sobre o cordel, já que o mesmo se presta a ser empregado em qualquer temática, até com enfoque dirigido à questão ambiental. Questionando o cordelista sobre a sua produção voltada para o meio ambiente, o artista popular negou ter abarcado o tema até aquela data. Essa negação levou à reflexão sobre a possibilidade de unir esse instrumento da educação, o cordel, ao tema mundialmente em evidência, o meio ambiente e envolver os alunos e professores do Colégio supracitado.

A partir disso, foi elaborado um projeto, apresentado aos coordenadores das áreas de ciências humanas, exatas e linguística dessa unidade escolar. E, logo se deu início à discussão sobre a viabilidade de se desenvolver um projeto que unisse cordel e educação ambiental. Com a aceitação por parte dos colegas e coordenadores, ressaltou-se o desafio que se colocava, isto é, reunir todos os professores de diversas áreas, em torno de um tema central, meio ambiente, e a forma de tratá-lo, através do cordel. Reuniões sucessivas permitiram a articulação entre os professores e o estabelecimento de estratégias de trabalho multidisciplinar.

Ao lado do desafio colocado pelo trabalho aplicado entre os alunos do Colégio Estadual Gilda Ramos dos Santos, buscou-se fundamentar melhor os estudos sobre o tema com o apoio de curso específico, cujo desafio foi colocado pelo Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental, da Universidade Católica do Salvador. Como pesquisar, contextualizar e unir o cordel, como um gênero literário tão antigo, com um tema tão debatido na atualidade, como a educação ambiental? E como possibilitar o ensino/aprendizagem dos alunos utilizando o cordel como instrumento da educação ambiental?

Porém o cordel, apesar de ser um gênero literário popular antigo, utilizado principalmente pela cultura nordestina, não é ressaltado na maioria dos livros didáticos. A bibliografia disponível não é tão rica e seu estudo não é compatível com esse tipo de manifestação amplamente difundida em todo o Nordeste brasileiro. Os livros didáticos não proporcionam material teórico suficiente sobre suas origens.

O cordel teve grande importância na história do Nordeste como meio de comunicação mais direta, no processo de aproximação entre as notícias e o povo, na sua grande maioria, analfabeto. As informações de natureza histórica, política e

sociais relatadas nos cordéis, aproximavam esse gênero literário, escrito e oral, com a realidade do dia a dia da sociedade.

O projeto interdisciplinar foi então executado tendo como objetivo geral: desenvolver o ensino/aprendizagem utilizando o cordel como instrumento da ecopedagogia. E como objetivos específicos: promover a socialização, por meio dos trabalhos em grupo; proporcionar momentos de reflexão sobre a língua; ampliar o vocabulário do aluno; utilizar a poesia de cordel como recurso pedagógico para debater temas relacionados à educação escolar; estimular a leitura, a escrita e a reescrita na produção e edição de folhetos de cordel; contribuir para o resgate da literatura de cordel na perspectiva de transformá-la em veículo de comunicação de massa.

A metodologia utilizada para execução daquele projeto fundamenta-se no método de problematização, escolhida por esta fundamentar as bases da ecopedagogia; para a pesquisa utilizou também a problematização como método de abordagem.

A relevância deste estudo consiste em oportunizar, através do cordel um importante meio de ensino/aprendizagem aos alunos. Por meio da poesia popular o aluno poderá conhecer a cultura, o cotidiano, a realidade de um povo e suas peculiaridades, além de possibilitar versar sobre qualquer assunto e ser utilizado como recurso pedagógico para debater temas relacionados à educação escolar como cidadania, solidariedade, preconceito, discriminação racial, consciência ambiental, espiritualidade, ética, educação sexual, combate às drogas, violência, condição social da população, amor ao próximo. Esse trabalho pretende socializar uma experiência com o gênero cordel com uma visão multidisciplinar no campo da ecopedagogia, em sala de aula, pois o cordel tem o seu espaço no trabalho com gêneros textuais e consta inclusive nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, buscando a formação de leitores, bem como formar cidadãos capazes de refletir e opinar sobre as decisões socioambientais que afetam a qualidade de vida de todos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Observa-se, cada vez mais, nos meios de comunicação de massa e nos meios acadêmicos, a crescente discussão sobre temas ligados ao meio ambiente, tendo em vista os modelos econômicos tradicionais, pois os mesmos preocupam-se apenas em extrair da natureza os recursos que ela disponibiliza. Até a década de 1950 não eram tão conhecidas às consequências dos atos antrópicos como um todo, nem tampouco os impactos na qualidade de vida das pessoas, que pode ser afetada por esses atos, pois, mais amplamente, a qualidade de vida sobre o planeta está intimamente ligada à preservação dos recursos naturais.

Pois isso compreende-se, que o homem, constitui-se como ser passivo e ativo na relação com o meio ambiente, assim, não se pode considerar a natureza como algo a ser dominado, apropriado, espoliado em benefício de um mercado consumista, dominado pelos desejos humanos desenfreados, abafado pelo falso conceito de que os recursos naturais são incomensuráveis e infinitos. Dessa maneira, a forma intensiva e sem controle, como a sociedade utiliza o meio ambiente, pode explicar a crise ambiental em que vivemos na atualidade. E para Minc:

A percepção, o objetivo e o ativismo na área ecológica foram se transformando. Da defesa das espécies animais e das florestas, o ambientalismo chegou aos sistemas produtivos, à vida urbana e passou a abranger questões como a paz, a saúde, as tecnologias, os direitos do consumidor e do cidadão (MINC, 2005, p.12).

Em meados de 1960, a conscientização ecológica vem, cada vez mais, ganhando popularidade nos países europeus e nos Estados Unidos, onde vêm sendo promovidos protestos contra o modelo econômico que destrói a natureza, intoxica as lavouras e ameaça o planeta. Guimarães (2008), considera Garson como uma das primeiras pesquisadoras a se referir aos impactos da ação do homem sobre o meio ambiente, ao falar em 1962, sobre o uso abusivo de agrotóxico, nas lavouras norte americanas, que destruíram centenas de insetos e microorganismos,

provocando desequilíbrio ambiental e, especialmente, o desaparecimento de pássaros, nas regiões agrícolas que utilizaram pesticidas nas lavouras. É relevante, destacar que não foi a agricultura que suscitou o uso abusivo de agrotóxicos, mas as indústrias que, tendo quantidade excedente de pesticidas, possibilitaram seu uso como armas químicas (GUIMARÃES, 2008).

Crescia no Brasil, e em todo o mundo, os movimentos sociais em torno da ideia de que a natureza é valiosa, não apenas como fornecedora de matéria prima para a indústria, mas também, surgiram os primeiros conceitos sobre a sua conservação. Foi quando se popularizaram os desígnios de conservação ambiental, formando a primeira organização brasileira desse gênero a atuar na propagação da defesa dos recursos ambientais, a União Protetora da Natureza (UPN) no Rio de Janeiro, fundada por Henrique Luis Roessler 1955 (GUIMARÃES, 2008).

Dias (1991), no seu artigo “Os Quinze Anos da Educação Ambiental no Brasil”, enfatiza a movimentação da sociedade internacional em busca de soluções para o sofrimento ambiental causado pelo manejo humano.

Em março de 1965, educadores reunidos na Conferência de Keele, na Grã-bretanha, concordavam que a dimensão ambiental deveria ser considerada imediatamente na escola, e deveria ser parte da educação de todos os cidadãos. Em 1969, foi fundada a Sociedade de Educação Ambiental no mesmo país. Iniciava-se o movimento em torno da ecologia. (DIAS, 1991 p.3).

Nesse mesmo período, impulsionada por movimentos sociais, surgiu na Europa, o Clube de Roma, criado em 1968, por especialistas de várias áreas do conhecimento. Em 1972, o movimento publicou um relatório, “os limites do crescimento”, que previa que a sociedade moderna deveria estabelecer limites ao modelo econômico industrial então praticado (DIAS, 1991).

De acordo com Dias (1991), foi no ano de 1972 que adveio os eventos mais peremptórios para a evolução da abordagem ambiental no mundo. A Organização das Nações Unidas promoveu, do dia 5 a 16 de julho, na Suécia, a “Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano”, também denominada de Conferência de Estocolmo, como ficou consagrada. Apreciada como o marco histórico-político internacional, a Conferência constituiu um “Plano de Ação Mundial” e, em particular, recomendou que devesse ser estabelecido um Programa Internacional de Educação Ambiental. Foi então que a Educação Ambiental passou a ser considerada como campo de ação pedagógica, adquirindo relevância e vigência internacionais.

Em 1975, a UNESCO promoveu, em Belgrado, Iugoslávia, o Encontro Internacional sobre Educação Ambiental, reunindo especialistas de 65 países. Neste encontro, foram estabelecidos princípios e orientações para um Programa Internacional de Educação Ambiental, os quais, deveriam ser contínuos de forma multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais. Assim, a discussão sobre as terríveis disparidades entre os países do Norte e do Sul gerou, nesse encontro, a Carta de Belgrado, na qual se expressava a necessidade do exercício de uma nova ética global, que proporcionasse a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição e da dominação e exploração humana (EFFTING, 2007).

Nesse sentido, Moraes (2007), relata a pressão que os movimentos ambientalistas, tanto internos como os internacionais, exerciam sobre o governo militar brasileiro, do então general Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1974), primeiro presidente da República no período militar, que criou, em 1973, a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) vinculada ao Ministério do Interior. Em 1977, no governo do presidente, general Ernesto Geisel (1974-1979), foi aprovado no Brasil a política de educação ambiental (EA).

Em 1979, o Departamento de Ensino Médio, do Ministério de Educação e Cultura (MEC), e a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB)<sup>1</sup> criada em 1977 ficaram responsáveis pelas ações de controle ambiental no Estado de São Paulo e, também, a Secretaria do Meio Ambiente desse Estado, publicou o documento “Ecologia: uma proposta para o ensino de 1º e 2º graus” (DIAS, 1991), o qual constituía-se de um documento que priorizava os aspectos biológicos do meio ambiente.

Em 31 de agosto de 1981, foi sancionada a Lei nº 6.938, pelo então presidente general João Figueiredo (1979-1985), na qual foi aprovada a norma “que dispunha sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação” (BRASIL, 1981).

Além disso, aconteceram também dois eventos no cenário mundial sobre a educação ambiental, a *Intergovernmental Conference on Environmental Education*<sup>2</sup> organizada pela UNESCO, realizada em Tbilisi, na antiga União Soviética, entre 14-16 de outubro de 1977 e o UNESCO-UNEP - *Congress Environmental Education*

---

<sup>1</sup> (CETESB), criada em São Paulo pelo então governador Paulo Egydio Martins (1975-1979).

<sup>2</sup> Conferencia Intergovernamental de educação Ambiental

*and International Strategy for Action in the Field of Environmental Education and Training*<sup>3</sup>, o relatório final foi apresentado em Paris, em abril de 1978. Em 1987, em Moscou, foi realizado a segunda Conferência Mundial que reafirmou os objetivos da educação ambiental indicados em Tbilisi. Os objetivos, estabelecidos em Paris, estavam voltados a desenvolver projetos sobre meio ambiente centrados em conceitos como: consciência, conhecimento, atividade, competência e participação (REIGOTA, 1991).

Segundo Reigota (1991), consciência constitui ajudar os grupos sociais e os indivíduos a adquirirem consciência e sensibilidade acerca do meio ambiente e dos problemas a ele associados; *conhecimento*, é ajudar os grupos sociais e os indivíduos a alcançarem grande variedade de experiências; *atividades*, é a ajuda aos grupos sociais, e os indivíduos, para adquirirem um conjunto de valores e sentimentos de preocupação com o ambiente e motivação para participarem ativamente na sua proteção e melhoramento; competência reflete na ajuda aos grupos sociais e o indivíduo a adquirirem competências para resolver problemas ambientais, e por fim, *participação* refere-se a propiciar aos grupos sociais e aos indivíduos a oportunidade de se envolverem ativamente, em todos os níveis, na resolução de problemas relacionados ao ambiente.

Na ECO 92 foram estabelecidos princípios que ligam meio ambiente e desenvolvimento, criando as principais diretrizes globais para a proteção ambiental em relação ao desenvolvimento sustentável, em dimensões sociais e econômicas, prevendo a gestão dos recursos naturais para o desenvolvimento da qualidade de vida das atuais e futuras gerações. Foi também criada a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (Union Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC). Os países participantes desta Convenção vêm se reunindo periodicamente através das Conferências das Partes (COPs), onde procuram estabelecer as condições para o tratamento conjunto da poluição atmosférica mundial.

Diante dos índices de poluição levantados pelos cientistas nas últimas décadas, e apresentados na UNFCCC de 1992, estes cientistas decidiram realizar ações que pudessem conter e diminuir os efeitos desses gases tão prejudiciais ao equilíbrio da biodiversidade do planeta. Assim, em 1997 na cidade Japonesa de Kyoto

---

<sup>3</sup> (CETESB), criada em São Paulo pelo então governador Paulo Egydio Martins (1975-1979).

foi realizado a terceira Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP3). Com a proposta de abordar a questão de sequestro de carbono e comércio de créditos de carbono, assim, assinou-se um documento de intenções que estabelecia metas de redução de gases poluentes que aumentam o efeito estufa.

Em 2004 houve outra reunião, desta vez na Argentina, com o intuito de pressionar mais ainda os países para a implantação das medidas estabelecidas no protocolo de Kyoto, o qual só entrou em vigor realmente em fevereiro de 2005 com a venda de carbono nas bolsas de valores transformando o carbono em moeda de troca.

Aconteceu em 2009, a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, também chamada Conferência de Copenhague ou Cimeira de Copenhaga (oficialmente *United Nations Climate Change Conference* ou COP15) foi realizada em Copenhague, Dinamarca. Esta cimeira, organizada pela ONU, reuniu os líderes mundiais para discutir como reagir às mudanças climáticas (aquecimento global).

Já a décima Conferência da Diversidade Biológica da ONU-COP 10, realizada em Nagoya no Japão em 2010, findou com otimismo pelos participantes que temiam um fracasso como o ocorrido em Copenhague na Dinamarca, onde não houve avanços significativos sobre a adoção de medidas mais ambiciosas na redução da emissão de gases poluentes.

Também temos que destacar que a Conferência da Diversidade Biológica é uma reunião que não tem força jurídica como a Conferência do Clima. Mas o protocolo de Nagoya cria uma obrigação política para os governos que participam da Convenção estabelecendo metas e princípios sobre como utilizar e conservar os recursos da biodiversidade (BRÜMMER, 2010).

A autora salienta que medidas importantes foram aprovadas em Nagoya, como o protocolo que trata sobre o acesso e repartição dos lucros obtidos da comercialização de produtos genéticos da biodiversidade, conhecida pela sigla em inglês ABS (Regime de acesso e Repartição da Biodiversidade) sendo que só deverá entrar em vigor em 2020.

Reconhecer a soberania dos países, principalmente os mais pobres no que diz respeito às riquezas biológicas é um importante passo que todas as nações que assinaram o protocolo de Nagoya, deram para combater a biopirataria, gerando



assim, riquezas que possam ser utilizados no combate a desigualdade social e garantindo a soberania quem é de direito legítimo.

Após 18 anos da Conferência sobre mudanças climáticas Rio 92, a realidade demonstrada na COP 16 México é que estamos longe de alcançar uma real aplicação das decisões tomadas em Kyoto 1997 e da sua efetivação em 2005. Sobre a redução de gases poluentes que aumentam o aquecimento global, países como os Estados Unidos e China responsáveis por emitir grande parte dos gases poluentes são favoráveis a metas entre 14 e 17%. Segundo Pires (2010):

De acordo com a ONU, as emissões precisam ser reduzidas em 40% até 2020 para que a temperatura aumente até dois graus, tendo como base o ano de 2005. O período da segunda fase do protocolo — de 2012 a 2020 — já foi definido, mas as metas ainda precisam ser discutidas (PIRES, 2010 p. 1).

O mau exemplo dados pelos Estados Unidos e pela China motivou outros países a não quererem adotar medidas de redução como proposto pela ONU, em torno de 40%, das emissões dos gases após 2012. Devemos lembrar que o prazo para o fim da primeira fase do protocolo de Kyoto expira em 2012 e que não existe nenhum acordo entre as nações que obriguem a redução das emissões de gases poluentes após esse prazo.

Reduzir as emissões de gases em 40% significa mexer na matriz energética desses dois países, que possuem grande quantidade de termoelétricas que utilizam carvão mineral na geração de energia que liberam grande quantidade de CO<sub>2</sub> na atmosfera.

Uma vitória da COP 16 constituiu no mecanismo de conservação das florestas chamado de REDD (Redução de Emissões por Desmatamentos e Degradação). O financiamento das ações do REDD, e a dúvida se os fundos poderão ser provenientes de mercados de carbono ou não, ficou adiado para discussões no ano seguinte (JURAS, 2009).

Apesar dos avanços na área de proteção das florestas, o acordo ficou aquém do que se esperava, sendo considerado frustrante na aprovação de metas mais ambiciosas de redução de gases para países ricos e pacotes de financiamentos para países em desenvolvimento. Assim, foram imensas as expectativas para Durban em 2011, na África do Sul, na Conferência das Partes (COP 17), onde foi firmado entre os países participantes, a “Plataforma de Durban para Ação Aumentada”, que aponta uma série de medidas que deverão ser implementadas.

Porém, na prática, não há medidas efetivas urgentes para conter em todo o planeta o aumento dos níveis de poluição nos próximos nove anos. A grande novidade do texto de Durban prevê a criação de um acordo global climático que vai compreender todos os países integrantes da UNFCCC e irá substituir o Protocolo de Kyoto.

Juras (2009), diz que os países deverão formular “um protocolo, outro instrumento legal ou um resultado acordado com força legal” para combater as mudanças climáticas. Isso quer dizer que metas de redução de gases serão definidas para todas as nações, incluindo os Estados Unidos e China, que não aceitavam qualquer tipo de negociação, se uma das partes não fosse incluída nas obrigações de redução.

O delineamento desse novo plano começará a ser feito a partir das próximas negociações da ONU, o que inclui a COP 18, que acontecerá entre 26 de novembro e 7 de dezembro de 2012 no Catar. O documento afirma que um grupo de trabalho será criado e que deve concluir o novo plano em 2015.

## 2.2 ECO 92, O SURGIMENTO DA ECOPEDAGOGIA E OS PCNS

Ecopedagogia

Nesse século XXI  
Depois de tanta lição de dor  
Que a destruição da guerra traz  
Nós homens de civilização  
Destruímos a mãe natureza  
E ao mesmo tempo a nossa paz.

O que isso quer dizer  
A não ser que nós não temos  
Educação pra viver no paraíso que recebemos?

Da força maior do Universo  
Que até por meio de versos  
Apela por ecoeducação no lugar da destruição.

A natureza da cultura ou a cultura da natureza  
Só garante sua beleza  
Se bicho, flor, água, terra e gente  
Tiverem lugar e respeito nos sentimento e na mente.

Aprender a amar a vida e conservar a natureza  
Nas escolas do nosso país aprendemos desde cedo  
Das verdes matas, do amarelo ouro e do céu azul anil,  
A educação ambiental é cultura no Brasil.

A ecoeducação tem que fazer parte do nosso pensar  
E a nossa bandeira com o branco da paz completar  
Só assim o ecosociodesenvolvimento chegará  
E o povo em uma só voz gritará  
Eco, eco, pedagogia fará tudo melhorar.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro (Rio 92), foi marcada por discussões sobre políticas ambientais mundiais e nacionais voltados a um modelo de desenvolvimento sustentável, conciliando conservação e proteção dos ecossistemas da terra.

Após 20 anos de Estocolmo, a Eco 92, teve como característica a participação de diversos líderes de estado, demonstrando a importância política que a questão ambiental despertou nas pessoas na década de 1990. Segundo Reigota (1994, p.10):

a EA deve ser entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza (REIGOTA, 1994, p.10).

Paralelo à ECO 92 ou Rio 92, foi realizado o Fórum Global, considerado como um importante movimento na conscientização ambiental, organizado pelas Organizações Não Governamentais (ONGs), onde mais de 10 mil entidades de diversos setores participaram do Fórum, realizando diversos eventos como o encontro de mulheres, crianças, jovens e índios que assinaram a Declaração do Rio ou a Carta da Terra.

A Carta da Terra ou Declaração do Rio, é um documento que convoca os seus participantes a adotarem os seus princípios em nível individual e social através das ações concretas das ONGs que se comprometeram a formar uma campanha chamada “Nós somos a Terra”, a fim de promover a adoção da Carta da Terra, que segundo Gadotti (2000):

A Carta da Terra constituiu-se numa declaração de princípios globais para orientar a questão do meio ambiente e do desenvolvimento. Ela inclui os princípios básicos que deverão reger o comportamento da economia e do meio ambiente, por parte dos povos e nações, para assegurar “nosso futuro comum”.

Ela pretende ter a mesma importância que teve a “Declaração dos Direitos Humanos”, assinada pelas Nações Unidas em 1948. Contém 27 princípios com o objetivo de estabelecer uma nova e justa parceria global através da criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, setores importantes da sociedade e o povo (GADOTTI, 2000, p. 95,96).

Vale salientar que durante a ECO 92, três importantes convenções foram aprovadas: uma sobre Biodiversidade, outra sobre Desertificação e a terceira sobre Mudanças Climáticas. Duas declarações também foram aprovadas, uma sobre os princípios das florestas e outra declaração do rio sobre Ambiente e Desenvolvimento.

Nesse evento no Rio de Janeiro em 1992, foram firmados vários acordos e protocolos o mais conhecido e importante é a Agenda 21, um documento de intenções para promover um novo padrão de desenvolvimento, sendo um instrumento de planejamento para os governos Federal, Estaduais e Municipais, estimulando a conscientização ecológica nas pessoas que vivem em cidades, bairros e comunidades (ASSIS, 1991, p.60).

A agenda 21 é outro importante documento composto de 40 capítulos e 800 páginas que apresenta como objetivo propor um modelo de desenvolvimento comprometido com a preservação da vida no planeta. Esse programa de ação visa à relação equilibrada e dinâmica entre o meio ambiente e a economia em diversas áreas que envolvam a utilização de recursos naturais. Além disso, possui a importante estratégia para a própria qualidade de vida das gerações atuais e futuras no planeta, sem comprometer a capacidade dessas gerações de utilizarem esses recursos. Na Agenda 21 brasileira, 2ª edição, traz:

a importância de se construir um programa de transição que contemple as questões centrais - reduzir a degradação do meio ambiente e, simultaneamente, a pobreza e as desigualdades - e contribua para a sustentabilidade progressiva. (BRASIL, 2004. p. 17).

Durante o evento da RIO-92 foram realizados vários eventos dos quais destaca-se a Jornada Internacional de Educação Ambiental, organizada pela ICAE (Conselho Internacional de Educação de Adultos) com apoio do SUM (Serviço Universitário Mundial) e a ICEA (Associação Internacional de Educação Comunitária) no qual resultou o 'Tratado de Educação Ambiental para Sociedade Sustentável e Responsabilidade Global', deste documento destacamos alguns princípios básicos.

1. A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.

2. A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.

3. A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.

4. A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas.

5. A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas das sociedades sustentáveis

6. A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos (FÓRUM GLOBAL 92, 1992, 194-196).

Segundo Gadotti (2000):

A educação ambiental, também chamada de ecoeducação, vai muito além do conservacionismo. Trata-se de uma mudança radical de mentalidade em relação à qualidade de vida, que está diretamente ligada ao tipo de convivência que mantemos com a natureza e que implica atitudes, valores, ações. Trata-se de uma opção de vida por uma relação saudável e equilibrada, com o contexto, com os outros, com o ambiente mais próximo, a começar pelo ambiente de trabalho e pelo ambiente doméstico (GADOTTI, 2000 p. 99).

Reafirma-se, assim a importância de uma maior participação das ONGs nas tomadas de decisões que afetam o meio ambiente e a educação ambiental em favor de um desenvolvimento sustentável e mais salutar. Foi justamente ressaltada pelas entidades não governamentais no Fórum Global 92, que ressaltaram que a educação ambiental é uma importante ferramenta de transformação.

A ecopedagogia não se opõe à educação ambiental. Ao contrário, para a ecopedagogia a educação ambiental é um pressuposto. A ecopedagogia incorpora-a e oferece estratégias, propostas e meios para a sua realização concreta (GADOTTI, 2000 p.99).

Assim, no Fórum Global 92, é discutida uma nova postura para educação ambiental, na qual esteja imbuída nos seus ensinamentos uma ampla percepção dos fatos e problemas socioambientais, ocasionado pela modalidade de intervenção adotada pelas sociedades na natureza, exigindo da educação ambiental uma pedagogia de sustentabilidade, ou seja, de uma ecopedagogia.

A Política Nacional de Educação Ambiental, estabelece a EA como, descrita em seu Art. 1º,

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999 p.1).

É em consonância com esse Artigo 1º, que a ecopedagogia tem como proposta desenvolver uma consciência ecológica, interrogando-se sobre a relação do ser humano e o mundo em que vive, pois a formação da consciência ecológica depende da educação. Como afirma Ximenes (1954, p.344) sobre o significado da palavra educação: “Desenvolvimento das capacidades humanas visando à integração social”.

Sobre isso Freire (2000), sempre enfatizou em suas falas que é necessário compreender a situação da sociedade, para que cada um atue a favor de um mundo melhor, mais justo e mais igualitário. Diante de um quadro de tantas injustiças sócias que observamos diariamente, Freire relata sua indignação:

Se nada disso, ao meu juízo, diminuiu a responsabilidade desses agentes de crueldade, o fato em si de mais esta trágica transgressão de ética nos adverte de como urge que assumamos o dever de lutar pelos princípios éticos mais fundamentais como do respeito á vida dos seres humanos, á vida dos outros animais, á vida dos pássaros, á vida dos rios e das florestas. Não creio na amorosidade entre mulheres e homens, entre os seres humanos se não nos tornamos capazes de amar o mundo. A ecologia ganha uma importância fundamental neste fim de século. Ela tem de estar presente em qualquer prática educativa de caráter radical, crítico ou libertador (FREIRE, 2000, p.31).

É no contexto da evolução da educação ambiental que a ecopedagogia difere das outras pedagogias.

A pedagogia tradicional centrava-se na espiritualidade, a pedagogia da escola nova na democracia e a tecnicista na neutralidade científica. A ecopedagogia centra-se na relação entre os sujeitos que aprendem juntos “em comunhão (GADOTTI, 2000 *apud* FREIRE, 2000 p. 90).

Gutiérrez e Prieto (1994), no livro sobre a “Mediação Pedagógica”, os autores definem Pedagogia como o trabalho de promoção de aprendizagem através de

recursos necessários ao processo educativo no cotidiano das pessoas. Para eles, a vida cotidiana é o lugar do sentido da Pedagogia.

Gutiérrez (2000), no livro “Pedagogia da Terra”, cita Freire, salientando que encontramos essa preocupação com a cotidianidade desde os primeiros escritos:

É nesse sentido que se pode afirmar que o homem não vive autenticamente enquanto não se acha integrado com a sua realidade. Criticamente integrado com ela. E que vive uma vida inautêntica enquanto se sente estrangeiro na sua realidade. Dolorosamente desintegrado dela. Alienado de sua cultura. (...) Não há organicidade na superposição, em que inexistente a possibilidade de ação instrumental. (...) A organicidade do processo educativo implica na sua integração com as condições do tempo e do espaço a que se aplica para que possa alterar ou mudar essas mesmas condições (FREIRE, 1959 *apud* GUTIÉRREZ, 2000 p. 89).

Entretanto, todos os esforços no sentido de promover a Carta da Terra nada adiantarão se não forem colocados em prática os seus princípios, vivenciado no cotidiano das pessoas em que o aprendizado se torna um processo coletivo de educação, sistemático e orgânico. Para Sato & Carvalho (2005), a educação ambiental deve, antes de tudo, promover uma integração com o conhecimento popular: Sabemos que a educação ambiental necessita de diálogos com várias áreas do conhecimento, principalmente, de modo inclusivo com os saberes populares.

Assim a integração de conhecimentos com os acontecimentos no tempo e no espaço, exige uma ética integral em que a educação ambiental vive um momento de práxis social transformadora.

Isso exige certamente uma nova compreensão do papel da educação, para além da transmissão da cultura e da aquisição do saber. Implica na construção de novos valores e novas relações. “Nosso futuro comum” depende de nossa capacidade de entender hoje a situação dramática na qual estamos devido à deterioração do meio ambiente. E isso passa por um processo de conscientização planetária (GADOTTI, 2000, p.102).

Dessa maneira, a complexidade das transformações que a sociedade e a natureza sofrem, provocados pelas práticas predatórias capitalistas as quais homogeneízam as populações tornando-as consumidoras voraz de produtos que, muitas vezes nem necessitam, mas utilizar matéria prima espoliada da natureza. Isso é demonstrado em relatos nos meios de comunicação escritos, mas também nas representações dos mesmos, ou de aspectos seus, através de imagens,

desenhos e sons, como apresentados nas obras de Octavio Paz, o qual passa a visão teórica de que o mundo pode ser lido e interpretado como um texto.

Assim vista, a construção e ou/ desconstrução do problema ecológico como texto passa a ser uma maneira a mais de produção de conhecimento sobre um fragmento da realidade presente. Em nosso caso uma produção de conhecimento em educação ambiental (SATO e CARVALHO, 2005 p.94).

A intervenção via processo educativo na sociedade relativa às questões ecológicas tem uma importante e fértil possibilidade através da discussão das representações em que as pessoas estejam inseridas. A busca por entender as questões ambientais de origem local, que em muitos casos têm repercussões de origem planetárias, passa pela discussão das representações envolvidas, por exemplo, em um texto produzido ou não, pelas comunidades nas quais a discussão do problema ambiental é debatida e refletida pelas pessoas que ali estão inseridas, na perspectiva de reflexão como caráter pedagógico, que o texto possibilita.

A partir da construção e/ou desconstrução de representações, às vezes já cristalizadas no imaginário dos educandos e educandas, podemos construir outras representações trazendo o debate ou radicalizando outros valores, outros conceitos como: solidariedade, justiça social, democracia, fraternidade, amor, liberdade e cidadania (SATO e CARVALHO, 2005 p.89).

Na concepção de Gutierrez (2008), para a construção da cidadania ambiental para uma cultura de sustentabilidade, será necessário o resultado do fazer pedagógico que conjugue a aprendizagem a partir da vida cotidiana.

Coerente com a ecopedagogia, no final de cada discussão é preciso buscar soluções sobre o que podemos fazer para mudar a realidade na qual estamos inseridos e que estas transformações sejam em nível pessoal, social, institucional e coletiva.

A pedagogia tradicional considerava a esfera do cotidiano muito “pequena” para ser levada a sério. Hoje estamos cientes de que, por exemplo, a lágrima de um aluno na classe ou o desenho de uma criança na rua, podem ser considerados como grandes livros, se soubermos fazer uma leitura em profundidade. A partir de manifestações simples da cotidianidade podemos descobrir e enfrentar a complexidade das questões mais amplas e gerais da humanidade (GADOTTI, 2000, p.105).

A ecopedagogia como movimento social e político, traz a discussão à questão ambiental na sociedade, a integração da ação coletiva e individual refletida no



cotidiano não somente dos educandos, mas nas vidas das pessoas que fazem parte do meio ambiente no campo local e também global, em que a educação escolar dar os primeiros princípios sobre a educação ambiental. Esta educação para ter sentido tem que desenvolver vínculo numa relação com os conteúdos abordados. Segundo Gutierrez:

Essa atitude de busca significa fazer da cotidianidade um processo de aprendizagem enriquecedor, porque sabemos que a informação está na revista, nos jornais, na televisão, em manifestações culturais, artísticas, técnicas e científicas do mundo de hoje. Essa atitude, essa preocupação, essa abertura ao novo, esse interrogar a realidade de cada dia, é viver um riquíssimo processo educativo (GUTIERREZ, 1994, p.70).

A busca pela construção de um conhecimento significativo envolve compreender o que conhecemos, não de forma isolada, fragmentada, como é abordado nos currículos atuais, os quais Edgar Morin denominou de currículos monoculturais:

Ora, os currículos monoculturais oficiais primam por ensinar história, geografia, química e física dentro de categorias isoladas, sem saber, ao mesmo tempo, que a história sempre se situa dentro de espaços geográficos e que cada paisagem geográfica é fruto de uma história terrestre; sem saber que a química e a microfísica têm o mesmo objeto, porém, em escalas diferentes (GADOTTI, 2000, p.93 *apud* MORIN & KERN, 1993, p,1-2).

Do ponto de vista de Loureiro (2004), a educação ambiental convencional é expressa em seu livro, 'O que significa transformar em Educação Ambiental?', como:

a educação ambiental convencional, está centrada no indivíduo, no alcançar a condição de ser humano integral e harmônico, pressupondo a existência de finalidades previamente estabelecidas na natureza e de relações ideais que fundamentam a pedagogia do consenso. Focaliza o ato educativo enquanto mudança de comportamentos compatíveis a um determinado padrão idealizado de relações corretas com a natureza, reproduzindo o dualismo natureza-cultura, com uma tendência a aceitar a ordem social estabelecida como condição dada, sem críticas às suas origens históricas (LOUREIRO, 2004, p.80).

Ao longo da evolução da ciência no século passado, as orientações cartesianas prevaleceram nos paradigmas da modernidade, na fragmentação dos conhecimentos em busca da compreensão e investigação de fatos científicos gerando a especialização das áreas de conhecimento que, trouxeram suas

contribuições e significância. Mas, cada vez mais tais orientações criam conhecimentos isolados dos debates epistemológicos. E essa fragmentação do conhecimento traz mais rupturas do que unidade.

Já a ecopedagogia fomenta nas pessoas a criação e a formação de uma cidadania planetária, voltada a superar as desigualdades econômicas impostas por um modelo economicista, macroestrutural, centralizador das decisões, fundadas na racionalidade instrumental, menosprezando os paradigmas que valorizam a vida e suas relações complexas. Neste sentido Gadotti salienta:

A ecopedagogia como movimento social e político surge no seio da Sociedade Civil, nas organizações, tanto de educadores quanto de ecologistas e de trabalhadores e empresários, preocupados com o meio ambiente. A Sociedade Civil vem assumindo a sua cota de responsabilidade diante da degradação do meio ambiente, percebendo que apenas através de uma ação integrada é que essa degradação pode ser combatida (GADOTTI, 2000, p. 92).

Após cinco anos da realização da ECO 92, foi realizado outro Fórum de organizações governamentais e não governamentais, a Rio+5, no Rio de Janeiro, que teve como objetivo discutir e avaliar os resultados práticos obtidos com os tratados assinados em 1992.

Muitas das organizações e redes da Sociedade Civil e econômica participaram deste evento com o objetivo de revisar os progressos específicos em direção ao desenvolvimento sustentável e de identificar práticas, valores, metodologias e novas oportunidades para implementá-lo (GADOTTI, 2000, p. 97).

A triste conclusão que as organizações envolvidas nesse evento chegaram é que muito pouco se tinham avançado desde a Agenda 21, e que era necessário adotar ações mais práticas e eficientes, que possibilitassem resultados satisfatórios. Nesse tocante Gadotti (2000), enfatiza o pensamento de Boff (1993), no que se refere à avaliação da Rio-92, que não trouxe grandes encaminhamentos políticos objetivos, alcançou apenas o despertar de uma cultura ecológica, uma preocupação universal com o destino comum do planeta, sem proporcionar a adoção de políticas efetivas de manutenção do meio ambiente. Assim, foi assinada uma nova redação da Carta da Terra, uma nova percepção da Terra como imensa comunidade da qual somos parte e parcela, membros responsáveis para que todos possam viver em harmonia (GADOTTI, 2000 *apud* BOFF, 1993).

A Rio+5 foi um momento em que as ONGs, despertaram para o reconhecimento de suas ações no desenvolvimento sustentável, demonstrado através da mobilização popular e também da força política e econômica. Neste evento foi destacado também o papel das ONGs no desenvolvimento de projetos que visem uma melhoria da qualidade de vida das pessoas em várias partes do mundo, como sendo benévolas à humanidade, mas principalmente em países pobres que sofrem com a deficiência de infraestrutura nas cidades provenientes de um modelo econômico, e da falta de um planejamento orientado pelo desenvolvimento sustentado. Nesta concepção Gadotti (2000), reflete:

A ecoeducação, a educação ambiental e comunitária (popular), o que chamamos aqui de educação sustentável, precisa, nesse sentido, ser estimulada. A elaboração de políticas de humanização democratização das cidades necessita certamente de planejadores e urbanistas, mas necessita também de vontade política e de uma educação para a cidadania (GADOTTI, 2000 p.88).

Diante do atual quadro de desenvolvimento urbano, com tantas relações complexas de conhecimento sobre as características sociais, culturais, econômicas e ambientais, se faz necessário a adoção de políticas públicas por meio de um planejamento ambiental, e de uma linha ética de desenvolvimento, em que a qualidade de vida das pessoas esteja pautada como prioridade nos projetos públicos e privados.

Nesta acepção Jacobi (2003), diz que cabe ressaltar que a educação ambiental assume, cada vez mais, uma função transformadora, na qual a corresponsabilização dos indivíduos torna-se um desígnio essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento (o desenvolvimento sustentável). Compreende-se, portanto, que a educação ambiental é uma condição imprescindível para modificar um quadro de crescente degradação socioambiental, mas, infelizmente, ela ainda não se encontra satisfatória. No descrever de Tamaio (2000), converte-se em mais uma ferramenta de mediação necessária entre culturas, comportamentos diferenciados e interesses de grupos sociais para a construção das transformações almejadas. Sabe-se que o educador possui a função de mediador na construção de referenciais ambientais e deve saber usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito da natureza.

Jacobi (2003), ainda enfatiza que as dimensões apontadas pelo conceito de desenvolvimento sustentável contemplam cálculo econômico, aspecto biofísico e elemento sociopolítico, como referenciais para a interpretação do mundo e para possibilitar interferências na lógica predatória prevalente.

Para a sociedade, a relevância do planejamento ambiental deve-se ao seu funcionamento enquanto ação de prevenção contra possíveis problemas ecológicos, provenientes da desordenada ocupação urbana, da utilização degradante dos recursos naturais, como também da falta de políticas públicas ambientais eficazes em melhorar a capacidade de perceber as inter-relações que existem entre os ecossistemas e seus limites de sustentabilidade. “Planejamento”, segundo o dicionário virtual Aurélio, é o:

processo que leva ao estabelecimento de um conjunto coordenado de ações (pelo governo, pela direção de uma empresa, etc.) visando à consecução de determinados objetivos, ou ainda, trabalho de preparação para qualquer empreendimento, segundo roteiro e métodos determinados (DICIONÁRIO VIRTUAL AURÉLIO – Século XXI, versão 3.1).

Portanto, vale a pena salientar, mais uma vez, que a relação entre meio ambiente e educação para a cidadania assume um papel cada vez mais desafiador, demandando a emergência de novos saberes para apreender processos sociais complexos e os riscos ambientais que se intensificam na conjuntura mundial. Assim para efetivar, aprimorar e/ou complementar a educação ambiental, deve ser realizado planejamento de políticas as quais tracem estratégias que possibilitem um desenvolvimento sustentável cada vez mais aquilatado.

### 2.3 A UTILIZAÇÃO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os PCNs são mais do que parâmetros curriculares, eles traduzem concepções sobre a função social e cultural da escola, reinterpretem na sua ótica o direito universal à educação básica e, sobretudo, não conseguem fugir a concepções e perfis de educador/a, de infância, adolescência e juventude. (...) concretizam estratégias e políticas de um governo e dos interesses sociais e políticos que representam. (...) Mas podem os PCNs ir mais fundo e derrubar cercas, abrir horizontes em que novos conteúdos da docência e das licenciaturas sejam mais abertos, incorporem dimensões e culturas que não cabem mais nos quintais fechados, gradeados e

disciplinados. Na medida em que são redefinidos os conteúdos da docência, esta também é redefinida (ARROYO, 2001 p. 12).

Desde a Rio-92, os eventos e acordos ambientais demonstram a crescente preocupação internacional em firmar compromissos que visem criar desenvolvimento menos impactante ao meio ambiente, e gerar uma conscientização pública sobre a preservação e melhor utilização dos recursos naturais envolvendo, assim, mudança de comportamento quanto à atitude de consumir produtos industrializados ou naturais de forma consciente.

A partir da participação do Brasil nesses eventos, com a assinatura de acordos, o Ministério da Educação, em 1997, foram instituídos oficialmente os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), com propostas sobre educação ambiental de natureza interdisciplinar, o que, diz respeito a todas as disciplinas do ensino fundamental, bem como possibilitar o auxílio nas políticas públicas de formação de professores e avaliação do livro didático.

O advento dos PCNs institui uma lista de propostas para oferecerem meios efetivos para cada aluno compreender os fatos naturais e humanos referentes a essa temática, desenvolver suas potencialidades e adotar comportamentos pessoais e sociais que lhe permitam viver numa relação construtiva consigo mesmo e com seu meio.

Os PCNs também passaram a funcionar como indicadores para o Sistema Nacional de Educação Básica (SAEB). Com estas medidas, em princípio, as escolas deveriam disseminar os conceitos sobre educação ambiental, não somente entre os alunos como, também, na sociedade, dada a abrangência abordada, de acordo à realidade e necessidade num dado momento. (ABICALIL, 2002 p. 23).

Os PCNs contribuem para o desenvolvimento da Educação Ambiental, partindo do momento que inclui a temática ambiental em si como tema transversal, oportunizando, tanto para o educador quanto para o educando, o despertar para responsabilidades de todos, com a preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, podemos identificar a escola como espaço para que os PCNs possam desenvolver sua função principal. É, portanto, na escola que o indivíduo pode vir a ter o meio para percepção crítica de si e da comunidade, podendo, assim, entender e ser capaz de interferir nos problemas sociais. A escola protagoniza como

agente ativo na formação de cidadãos responsáveis, e pode, por meio da educação ambiental estar resgatando valores como respeito ao meio ambiente e ética.

A Educação Ambiental é definida no PCN (v.9) como “uma proposta revolucionária, que, se bem empregada, pode levar a mudanças de comportamento pessoal e à atitude e valores de cidadania que podem ter fortes consequências sociais” (MATTOS, 2006 p.4).

Nessa perspectiva, urge desenvolver aos alunos princípios orientadores de como utilizar os recursos naturais de forma sustentável, com práticas ensinadas e disseminadas, pela escola, na sociedade em que o professor tem um papel fundamental ao proporcionar aos alunos possibilidades de adquirir em conhecimentos relevantes ao exercício de sua cidadania.

Logo, a Educação Ambiental deve ser tratada de maneira interdisciplinar. Sendo assim remete-nos a uma participação de todas as áreas do conhecimento em um conjunto de diálogos que possam estabelecer comunicações permanentes no desenvolvimento de projetos interdisciplinares previstos nos PCNs.

Nesse contexto a utilização dos PCNs na prática pedagógica e como material de apoio na formação de docentes é uma possibilidade que enriquece e ajuda a própria metodologia do professor, direcionando o esforço desse profissional em desenvolver objetivos que levem os alunos a questionar a sua postura ética, com relação ao seu posicionamento diante dos acontecimentos socioambientais que nos deparamos atualmente.

Neste tocante, os PCNs auxiliam no entendimento de que a transmissão do saber deve verdadeiramente ser como uma partilha, com as outras pessoas, da beleza que envolve o conhecimento. Estar atento e compreender a temática da educação ambiental e seu dinamismo faz com que o educador crie no ambiente de sala de aula um espaço de vivência, onde o entusiasmo e o despertar para a responsabilidade social/ambiental se façam presentes, haja vista, que essa certeza vai estar expressa através do canal que emana o quanto o saber foi internalizado. Nessa busca de inteireza na aprendizagem cabe ao professor a tarefa de suscitar o desejo pelo aprender e conscientizar, o que implica em transformar a realidade que vem sendo dada.

Assim, o uso dos PCNs para o desenvolvimento da educação ambiental possibilita aos agentes da educação dialogar com o saber caracterizando elemento indispensável e mobilizador do processo educativo. “Sem esquecer que ensinar não

é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996 p. 24 e 25).

Nesse contexto, é função do professor superar pedagogias de bases conservadoras, ao tratar com a educação ambiental, lançando mão dos PCNs como fonte norteadora para o entendimento das múltiplas dimensões do contexto sócio/histórico/cultural com criticidade e postura política que a temática possibilita.

Por isso professor não pode ser nem um ‘expositor’, nem de um ‘facilitador’, mas sim, um problematizador. Isso significa que o professor está ali para organizar as interações do aluno com o meio e problematizar as situações de modo a fazer o aluno, por si próprio, construir o conhecimento sobre o tema que está sendo abordado. Os PCNs explicitam que “a questão ambiental deve ser trabalhada de forma contínua, sistemática, abrangente e integrada e não como áreas ou disciplinas” (BRASIL,1998 p.27).

O ensino deve ser realizado de forma dialética, que faz com que o educador seja problematizador. Ou seja, o conteúdo programático não é uma doação ou imposição, que constitui-se por um conjunto de informes a ser depositado nos educandos.

O ato de ensinar implica em compromissos históricos concretos do educador tanto em termos pessoais, quanto pedagógicos, institucionais e sociais. O educador de hoje possui teorias para estudar e repensar a sua prática, no entanto, carece, muitas vezes, e saber como transformá-la efetivamente e, diante da realidade, perde-se na interação destes dois elementos que acabam por negar as diferenças e esperar que a aprendizagem se dê como passe de mágica. Portanto, para os PCNs:

Uma tarefa importante para o professor, associada à Educação Ambiental, é a de desenvolver no aluno uma atitude de buscar e reconhecer, dentro de si mesmo, os fatores que realmente lhe trazem bem-estar e felicidade; um espírito de crítica às induções ao consumismo, mostrando a quem de fato interessa essa atitude; e um senso de responsabilidade no uso dos bens comuns e recursos naturais, de modo a respeitar o ambiente e as pessoas de sua comunidade (BRASIL, 1998, p.202).

Contudo, a construção dos PCNs representa um marco referencial no currículo nacional para o Ensino Fundamental e estabelece metas que, junto às propostas das secretarias de educação, o mesmo representou a instituição de um

instrumento mínimo de referência para as escolas possibilitando a organização do trabalho didático no Brasil.

Nesse contexto, os PCNs subsidiam os Planos de Política Pedagógica das Escolas (PPP), construídos com a participação da comunidade escolar, sendo encaminhados à Diretoria Regional de Educação e Cultura – DIREC, subordinada à Secretaria Estadual de Educação. Os PPP, devem explicitar os valores e propósitos que irão orientar o trabalho educacional, que se quer desenvolver, através de um currículo capaz de atender às reais necessidades dos discentes.

## 2.4 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico das escolas propicia a oportunidade das comunidades participarem na formulação de metas e desafios que poderão ser alcançados, dentro de um contexto sócio-educacional que implica uma gestão democrática. Assim, o Projeto Político Pedagógico é um instrumento carregado de intencionalidade, fruto de um trabalho coletivo na busca de caminhos para o processo de transformação da realidade escolar, representando um estado de mudança, planejamento e avaliação permanente.

Colocamos em evidência o Projeto Político Pedagógico por entender que o mesmo deve vir a se justificar na escola. O projeto se caracteriza político, pois, oferece uma gama de discussões e embates que envolvem as nossas ações, sejam elas contra ou a favor das metodologias a serem aplicadas na forma de ensinar. Dessa forma, a participação no Projeto Político Pedagógico configura-se um ato político. O mesmo se torna pedagógico, pois, implica em questões relacionadas ao campo da educação e à prática da docência e do ensino/aprendizagem. Sobre esta questão:

Projeto porque intencionalidade das perspectivas de atuação solidária. Projeto político porque trata de opções fundamentais éticas assumidas pela cidadania responsável em amplo debate. Projeto pedagógico porque se deve gestar no entendimento compartilhado por todos os envolvidos na atuação da escola sobre como organizar e conduzir as práticas que levem à efetividade das aprendizagens pretendidas. (SILVA, 2000 p.39)



Com o Projeto Político Pedagógico, a partir da ideia de organização da escola, pode vir a propor a qualidade na educação, a adoção de instrumentos de avaliação mais significativos, colocando em pauta os principais problemas existentes no espaço escolar. Além disso, o PPP proporciona novos paradigmas para o currículo visando à valorização do contexto sociocultural dos educandos. O projeto deve ser construído propondo tarefas fáceis que podem ser executadas no dia a dia da escola, entretanto, não se dispensa o planejamento rigoroso e o trabalho em equipe.

Com isso, o PPP se caracteriza pela construção da autonomia do espaço escolar na formulação e execução de propostas de trabalho educativo, que se trata de um instrumento norteador de atividades que possam vir a ser desenvolvidas no contexto escolar, tendo como objetivo a identificação dos problemas que atingem o processo de ensino/aprendizagem.

O mesmo se volta para escola, mas em especial, para o educando e para aquilo que é importante para os eles, colocando como pauta principal a aprendizagem como produto final. Sendo assim, é composto por um objetivo determinado, uma ação pensada, idealizada na perspectiva educacional de reestruturar a proposta do currículo visando o compromisso de oportunizar significações que intervirão no ensino voltado pra o exercício concreto da cidadania.

A elaboração do PPP mostra-se em um processo contínuo, no qual vai sendo construído ao longo da caminhada educativa de cada escola, destacando a importância da coletividade representada pelos sujeitos envolvidos no processo direta ou indiretamente: pais, professores, alunos, funcionários, corpo técnico-administrativo. Veiga (2001), conceitua PPP, da seguinte forma:

É um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem para chegar a que resultados. Além disso, explicita uma filosofia e harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela. É a valorização da identidade da escola e um chamamento à responsabilidade dos agentes com as racionalidades interna e externa. Esta idéia implica a necessidade de uma relação contratual, isto é, o projeto deve ser aceito por todos os envolvidos, daí a importância de que seja elaborado participativa e democraticamente. (VEIGA, 2001 p.110).

Nesse contexto, podemos compreender que o PPP perpassa as diversas atividades presentes na escola, pedagógicas ou administrativas, tendo a capacidade de possibilitar a construção do projeto de escola democrática, proporcionando o

envolvimento, tanto da comunidade escolar (funcionários, professores, técnicos e alunos) quanto dos membros da comunidade escolar. Conforme Demo (1998):

[...] o Projeto Político-Pedagógico prevê todas as atividades da escola, do pedagógico ao administrativo, devendo ser uma das metas do Projeto construir uma escola democrática, capaz de contemplar vontades da comunidade na qual ele surge, tanto na sua elaboração quanto na sua operacionalização, desde professores, técnicos, Existindo projeto pedagógico próprio, torna-se bem mais fácil planejar o ano letivo, ou rever e aperfeiçoar a oferta curricular, aprimorar expedientes avaliativos, demonstrando a capacidade de evolução positiva crescente. É possível lançar desafios estratégicos, como: diminuir a repetência, introduzir índices crescentes de melhoria qualitativa, experimentar didáticas alternativas, atingir posição de excelência. (DEMO, 1998 p. 248).

A busca da qualidade da educação representa o sentido de contribuir pra a formação de indivíduos que possam compreender a realidade em que vivem.

Educar nessa sociedade é tarefa de partido, isto é, não educa para a mudança aquele que ignora o momento em que vive, aquele que pensa estar alheio ao conflito que o cerca. É tarefa de partido porque não é possível ao educador permanecer neutro. Ou educa a favor dos privilégios ou contra eles, ou a favor das classes dominadas ou contra elas. Aquele que se diz neutro estará apenas servindo aos interesses do mais forte. No centro, portanto, da questão pedagógica situa-se a questão do poder. (GADOTTI, 1998 p. 87)

Assim, o processo de construção de uma educação voltada para reflexão sobre a inteireza presente nas questões sociais requer com urgência preparar o homem para a autonomia intelectual, para a compreensão da realidade, para a facilidade da comunicação, para a oralidade, não prepará-lo para a cultura do silêncio, com o que poderá afirmar-se como soberano.

Freire (1996), explicita que é na atuação no mundo que nos fazemos, é na inserção no mundo e não na adaptação a ele que nos tornamos seres históricos e éticos, capazes de optar, de decidir, de romper.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico oferece a oportunidade de pensarmos no contexto escolar e no planejamento de ações presentes tendo em vista a transformação da realidade por meio de mecanismos de fomentação de possibilidades educativas que venham a nortear as atividades pedagógicas e garantindo ao educando oportunidade de participar da construção do seu conhecimento.

Porém, para a escola, não basta construir um Projeto Político Pedagógico. É preciso fazer com que seja aplicado de maneira que todos os objetivos e propostas

possam vir a ser inseridas no cotidiano, facilitando a resoluções de problemas, cumprindo o papel do projeto.

É preciso destacar, que a construção do Projeto Político Pedagógico na escola e sua aplicabilidade torna-se meio capaz de superar a fragmentação da educação, possibilitando a criação de um espírito de motivação para o ensino/aprendizagem.

A lei de diretrizes e bases (LDB) da educação 9394/96, propõe a construção do projeto político pedagógico apontando a escola como espaço de planejamento e organização política e pedagógica, partindo de uma gestão democrática que venha atingir todos os envolvidos neste processo.

A escola local, responsável pela educação formal e pelas políticas integrativas, respalda suas ações na legislação que trata sobre educação nas escolas públicas e particulares. A Lei de Diretrizes e Bases e a Lei 11.274/2006, assegura a (re)elaboração e implementação do PPP, o respeito aos princípios do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o PPP como ato deliberativo da comunidade escolar deve permitir ações de inovações e reflexão na aprendizagem de todos.

O Artigo 12 da Lei 9394/96 define a incumbência dos estabelecimentos de ensino, dentre elas elaborar e executar sua proposta pedagógica. O artigo 14 trata da gestão democrática do ensino público na educação básica, incluindo a participação de profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e das comunidades escolares e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRITO, 1997 p.112).

Sobre uma gestão democrática, Vasconcellos diz que, antes de tudo:

A gestão envolve estratégias, onde a comunicação exerce papel fundamental, como ponto de partida para que todos se entendam. Assim é importante ao gestor discutir soluções possíveis e promover negociações, assumir responsabilidades e deixar que os outros também assumam; ser ouvido, mas também ouvir, valorizar os aspectos positivos do grupo, deixando claras as suas intenções para com a escola e zelar pela total transparência de todas as ações (VASCONCELLOS, 2001 p.62).

A confecção do Projeto Político Pedagógico não deve ser considerada apenas como um instrumento burocrático, o mesmo deve ser encarado como um caminho para dar novos significados à atuação escolar, dando novas estruturas que possam nortear as práticas educacionais.

Dessa forma, a implementação e consolidação do PPP, está nas tomadas de decisões que envolvam tanto a comunidade na qual a escola está inserida como todas as instâncias que compõem a instituição escolar, dando consistência, articulação e sentido coletivo às práticas pedagógicas envolvidas na formação do cidadão.

Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade os que nela estudam e trabalham, intensificam seu desenvolvimento com ela e, assim, acompanham melhor a educação ali oferecida. (VEIGA 1995, p.12).

Nesse sentido, essa mobilização, deve acontecer de maneira que se possa atingir todos os integrantes, para que haja uma construção coletiva de reflexão na resignificação do fazer pedagógico.

Para isso escola constitui-se como um espaço construtor, executor e avaliador do processo educativo, assim, o PPP deve ser construído partindo do princípio das diversidades dos presentes, ou seja, nos sujeitos que estão envolvidos no contexto escolar. Nesse processo, todos devem exercer a função de refletir e investigar a vivência da escola, ampliando de maneira significativa o compromisso de fomentar mecanismos pedagógicos, culturais e profissionais que objetivem a gestão democrática no âmbito escolar.

Pensar na construção do PPP de uma escola é refletir o papel que a mesma deve vir a ter como função social, tendo em vista que o PPP constitui processo dialético de ação/reflexão/ação no qual perpassa toda vontade política existente no âmbito escolar. Para Veiga (2001, p.62), “o projeto político-pedagógico da escola, ao se identificar com a comunidade local, busca alternativas que imprimam dimensão política e social à ação pedagógica”. Essa construção promove a autonomia, principalmente pedagógica, donde sua competência para desenvolver planos e estratégias para a função social que a escola deve exercer, ou seja, melhoria do processo ensino/aprendizagem, e transformação permanente do saber.

A importância desses princípios está em garantir sua operacionalização nas estruturas escolares, pois uma coisa é estar no papel, na legislação, na proposta, no currículo, e outra é estar ocorrendo na dinâmica interna da escola, no real, no concreto (VEIGA, 1991 p. 82).

Para efetivar o PPP é necessário uma gestão articulada e democrática trabalho qualificando em aperfeiçoamento contínuo, transmitindo aos profissionais que fazem parte do corpo docente e outros funcionários envolvidos no processo escolar, segurança nos argumentos e fundamentos nas decisões tomadas, Postura agressiva e autoritária por parte do gestor, é contrária à formação do PPP.

Construir um projeto pedagógico significa enfrentar o desafio da mudança e da transformação, tanto na forma como a escola organiza seu processo de trabalho pedagógico como na gestão que é exercida pelos interessados, o que implica o repensar de poder da escola (VEIGA, 2004 p 40).

A gestão envolve estratégias, onde a comunicação exerce papel fundamental, como ponto de partida para que todos se entendam. Assim é importante ao gestor discutir soluções possíveis e promover negociações, assumir responsabilidades e deixar que os outros também assumam; ser ouvido, mas também ouvir, valorizar os aspectos positivos do grupo, deixando claras as suas intenções para com a escola e zelar pela total transparência de todas as ações (VASCONCELLOS, 2002 p62).

Sendo o PPP uma ação coletiva de intenções definidas pelos membros da comunidade escolar, regimentado nas leis educacionais, portanto, pedagógico, mas também político, influencia nas propostas de formação de cidadãos quanto a que tipos de cidadãos vão formar através da escola.

Neste contexto o PPP configura-se como um uma ação que envolve projeto social mais amplo. Trata-se de um planejamento de sujeitos para sujeitos e esses sujeitos são seres diretamente envolvidos em um processo social.

Resgata o sujeito, entendendo as mudanças sociais no momento em que o mesmo passa a acreditar que essas mudanças podem vir a torná-lo um cidadão ativo na sociedade, ou seja: evidencia articulação com compromisso sociopolítico.

A escola no século XXI passa a ter visão e função social em que as ações são conscientes e organizadas dentro de um planejamento no qual, projetam-se ações visando orientar os alunos a superar os desafios futuros, muitos dos quais impostos na atualidade pela forma de vida consumista que vivemos. Formar cidadãos críticos, reflexivos, sobre as questões sócioambientais é uma preocupação que deve estar contida na proposta do PPP, a qual deve proporcionar inovação, reflexão e aprendizagem coletivamente.

## 2.5 A ESCOLA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A escola que conhecemos atualmente é resultante de uma construção histórica, pois se caracteriza por uma instituição social, lugar privilegiado para a construção do processo de formação do ser, em que o aprender e ensinar os conteúdos devem estar em sintonia com as discussões sociais presentes na sociedade atual. Essas são questões que fazem parte do cotidiano dos educandos, possibilitando aos mesmos que se apropriem dos conteúdos de forma crítica e reflexiva, a fim de participar efetivamente da comunidade em que estão inseridos, assim como, se conscientizar da importância do exercício da cidadania.

Essa escola não pode ser pensada de cima para baixo, mas sim deve ser a representação “viva” das necessidades, inquietudes, utopias... da própria escola, daqueles que a constituem, para que se possa, repito, fazer frente às contínuas mudanças ocorridas na sociedade atual, partindo do “saber fundamental: mudar é difícil, mas é possível” (FREIRE, 2003, p. 79).

Nesse contexto, a escola deve ser progressiva e envolver todo processo pedagógico existente no espaço escolar de tal forma que venha suprir todas as necessidades dos indivíduos para o desenvolvimento. O papel da escola que destacamos aqui é ser capaz de articular, de forma coletiva e planejada, mecanismos de criação e recriação de possibilidades reflexivas e críticas sobre a realidade, gerando elementos fundamentais para que os sujeitos envolvidos, tendo ali participado das primeiras experiências e questionamentos sociais, venham a interferir na realidade social.

O papel da escola passa a ser mais significativo ainda, uma vez que lida com um saber que muitas vezes precisa ser repensado, reavaliado e reestruturado. Infelizmente, nem sempre ou quase sempre a escola “não tem cumprido o objetivo da educação que desejamos, de cunho democrático, socializando o saber e os meios para aprendê-lo e transformá-lo” (RIOS, 1995 p.32).

A escola, nesta perspectiva possibilita mudança e transformação por meio do desenvolvimento de aprendizagens de conteúdos significativos que se aproximam da fomentação de uma educação que se volte para função social. Então, a escola deve fornecer uma educação, planejada por profissionais instruídos a aplicar um

projeto de ação mais efetiva, já que ela se distingue de outros grupos sociais e de outras práticas educacionais como a família, a religião, o trabalho.

Assim, no processo ensino/aprendizagem, a escola assume o importante papel de desenvolver as potencialidades dos indivíduos, estimulando-os a compreender a sua realidade por meio dos conhecimentos adquiridos dentro da escola. Mas, a aprendizagem não se restringe a aquisição de conhecimentos ou conteúdos, ela também resulta e está condicionada à existência de problemas na busca e obtenção de soluções. Assim, a aprendizagem para o educando é um processo contínuo é intransferível, pois ninguém pode aprender pelo outro, possui um caráter pessoal, visto que, a maneira de aprender e o próprio ritmo da aprendizagem variam de pessoa para pessoa.

No âmbito da educação ambiental, a escola tem como desafio criar condições para que todos participem de discussões sobre a melhoria da qualidade do meio ambiente, levando em conta os conhecimentos e os valores culturais de cada comunidade. A escola tem como desafio criar condições para que todos participem de discussões sobre a melhoria da qualidade do meio ambiente, levando em conta os conhecimentos e os valores culturais de cada comunidade. Segundo Demo (1993), a escola ao assumir a responsabilidade de formar cidadãos capazes de atuar de forma crítica e competente na sociedade atual, busca selecionar objetivos e conteúdos, desde as séries iniciais que estejam com assimetria com as questões sociais que marcam cada momento histórico.

É relevante, portanto, fomentar as mudanças de pequenos hábitos nas crianças, que estimulem a construção de um pensamento coletivo de como utilizar melhor os recursos da natureza de forma sustentável, sendo acompanhada por profissionais que tenham uma postura consciente de quem está ensinando, compreendendo, aprendendo, reaprendendo incessantemente (MORIN, 2006).

Nesse sentido, a escola torna-se um ambiente propício ao estímulo a mudanças de comportamentos que refletem na melhoria da qualidade de vida das pessoas, seja de forma individual por pertencermos à mesma matriz cultural, compartilhando assim com as pessoas um conjunto de saberes.

Nesta acepção, a escola participa efetivamente da emancipação do indivíduo por meio da educação. Com isso, garante-se o princípio educativo e a formação de um sujeito que objetive condições sociais em que a emancipação possa gerar possibilidades de transformação pessoal do sujeito.

Porém, na contemporaneidade, a escola que temos conhecimentos, apresenta um quadro marcado ainda por atitudes pedagógicas e educativas de cunho tradicional que, muitas vezes, emperra os processos de democratização e tomada de consciência da fomentação de uma educação libertadora (SILVA 2004).

Diante de tantos problemas, faz-se necessário a escola reflexiva, apoiada em políticas educacionais eficientes que visam discutir as demandas sociais existentes na sociedade gerando um permanente estado de dinâmica de ensino/aprendizagem que interfira na formação integral dos educandos. É preciso ressaltar ainda, que esse conjunto de atitudes deve ser resultado de uma ação coletiva entre professores, alunos, pais, funcionários, coordenadores e diretor. E os mesmos, devem buscar as construções dessa escola democrática. Segundo Aranha (2002, p.75) “queremos reforçar a importância da dupla função da escola: a de transmissora da herança cultural e a de local privilegiado para a crítica do saber apropriado”.

O desenvolvimento das capacidades interpessoais, cognitivas e afetivas torna-se possível a partir do processo de construção e reconstrução do conhecimento. A integração entre o saber escolar e os diversos saberes, dá aporte à construção do conhecimento individual e à conscientização dos fatos que os rodeiam.

O aprendizado significativo acontece quando uma informação nova é adquirida mediante um esforço deliberado por parte do aprendiz em ligar a informação nova com conceitos ou proposições relevantes preexistentes em sua estrutura cognitiva (VYGOSTKY, 1989 p.85).

Nesse tocante, é necessário que a escola valorize os conhecimentos que os educandos trazem consigo como conteúdos revitalizados na dialogicidade entre os saberes. Para isso, o ensino deve ser instrumento relevante na emancipação do indivíduo; deve levá-lo a refletir sua própria situação, sua realidade; conduzi-lo a se tornar um sujeito que pense criticamente, capaz de interagir com seu meio, e em suas inter-relações. Deve também ser o caminho do desenvolvimento de todas as dimensões do educando para que o apreender seja aprendizado de vida.

É preciso refletir que uma prática educativa que visa a dar significados aos conteúdos e valorizar os conhecimentos de mundo dos educandos possibilita um melhor processo de ensino/aprendizado, pois o ensino deve favorecer ao educando



fazer pontes significativas entre o mundo e a ciência transformando, formulando e reformulando novos conceitos e conhecimentos, que facilitem o aprendizado significativo, ou seja, a construção de uma educação mais libertadora.

Torna-se relevante observar que a educação na contemporaneidade adquiriu um novo sentido. Há alguns anos, o perfil e as características de uma nova educação, vem se consolidando como processo de melhoria na qualidade da aprendizagem. Com isso, tem-se uma educação mais pautada em uma interação professor/aluno nas práticas pedagógicas; maior valorização dos conhecimentos previamente construídos e as vivências dos sujeitos nesse processo.

Assim, esta nova realidade está no centro do debate do esforço de construção de um novo paradigma das práticas educativas no Brasil. Práticas essas que podem influenciar as ações pedagógicas dos educadores inseridos nas escolas, e isso ultrapassa a superação da concepção tradicionalista do modelo vigente na maioria das instituições, no qual ainda tem como alicerce um paradigma educacional baseado na sistematização de assuntos historicamente construídos e vivenciados como verdades absolutas. Esse modelo é centrado no educador como detentor de todo saber, sendo o educando um mero 'receptáculo'; um receptor passivo, o qual é 'treinado' para ser testado como atividade classificatória que tem a exclusão do processo de ensino/aprendizagem como sua principal consequência.

Ao tratar-se de entender a escola como instrumento de função social e espaço de transformações sociais coloca-se em evidência a questão ambiental como uma temática urgente. Desse modo é importante a sensibilização dos sujeitos enquanto a conservação do meio ambiente para a chamada de um despertar ambiental que interfira no presente e aponte para o futuro.

Assim, sobressaem-se as escolas como espaços privilegiados na implementação de atividades que propiciem um diálogo reflexivo sobre a temática ambiental propondo ações de projetos com orientações de atividades que possibilitem a capacidade de comprometimento dos indivíduos com a proteção ambiental. Entretanto, podemos observar escolas que mantêm uma reprodução de uma cultura que é predatória ao ambiente apenas limitando seus alunos a entenderem superficialidades acerca da temática ambiental.

Nesse caso, as reflexões que dão início a implementação da Educação Ambiental devem contemplar aspectos que não apenas possam gerar

alternativas para a superação desse quadro, mas que o invertam, de modo a produzir conseqüências benéficas (ANDRADE, 2000 p.55).

Vê-se que é necessário que no cerne da escola haja meios efetivos de conscientização das ações humanas sobre o meio ambiente e os caminhos que devem ser encontrados para minimizar o problema. Torna-se urgente que cada aluno seja capaz de compreender que é parte da sociedade que desperta para um ambiente saudável.

Logo, é papel da escola lançar mão de uma pedagogia crítica que possa sensibilizar os educandos quanto à educação ambiental conduzindo-os a atitudes que possibilite uma convivência harmoniosa com o ambiente fazendo com que os analisem de maneira reflexiva os principais fatores que levam às destruições inconsequentes do meio ambiente. Isso levará os educandos a visualizarem com clareza que os recursos naturais não são inesgotáveis, e que, não podem ser utilizados de forma indiscriminada. Além disso, é relevante que se conscientizem os educandos sobre a importância da reciclagem, da preservação da biodiversidade e do planejamento das áreas urbanas e rurais, para a sobrevivência do homem.

O processo de sensibilização da escola quanto à educação ambiental deve transcender o espaço escolar e interferir na vida do bairro onde os alunos, professores e funcionários residem, tendo em vista que os mesmos possam tornar-se agentes multiplicadores de iniciativas de ações para a conservação do meio ambiente.

Criar condições para que, no ensino formal, a Educação Ambiental seja um processo contínuo e permanente, através de ações interdisciplinares globalizantes e da instrumentação dos professores; procurar a integração entre escola e comunidade, objetivando a proteção ambiental em harmonia com o desenvolvimento sustentado (DIAS, 1992 p. 55).

Nesse sentido, é preciso também compreender que os conteúdos que tratam das questões ambientais devem vir a permear todas as disciplinas do currículo e também devem ser contextualizados com a realidade da comunidade dos educandos. A escola terá como função o despertar da necessidade de haver, entre os alunos e a comunidade, de uma visão global do mundo que se vive.

Para tanto, a Educação Ambiental deve ser trabalhada sistematicamente e como tema transversal, em todos os níveis de ensino, garantindo que as questões

ambientais possam ser trabalhadas de maneira integrada com as demais disciplinas nas atividades escolares.

Os problemas existentes que dizem respeito ao meio ambiente, muitas vezes são frutos da falta de sensibilidade por parte das pessoas quanto à temática ambiental e suas questões. Elas não são preparadas previamente para discutir e ter ações que atinjam concretamente e de imediato as questões ambientais.

Sabe-se que, somente a partir dos anos 80, os alunos tiveram a possibilidade de estarem discutindo em sala de aula, em seus conteúdos, as causas e tentativas para as resoluções da problemática e conscientização sobre o meio ambiente ou sobre a biosfera. De tal modo que, atualmente é urgente a educação ambiental como processo contínuo nos conteúdos, passando a ser componente fundamental no sistema educativo, para que se promova o envolvimento ativo desta nova geração quanto às questões ambientais.

Formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas com ele relacionados, uma população que tenha conhecimento, competências, estado de espírito, motivações e sentido de empenhamento que lhe permitam trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais, e para impedir que eles se repitam (UNESCO, 1975 p 32).

Entretanto, implantar a educação ambiental torna-se um desafio cada vez mais exaustivo, haja vista, que são muitas as dificuldades encontradas nas atividades de formação e na implementação de projetos e, principalmente, nos projetos que já existem. Muitos fatores envolvem essa realidade escolar: grande número de educandos e educadores, a vontade dos educadores em passar a propor capacitação e a predisposição da diretoria ou coordenação pedagógica em fomentar e colocar em práticas projetos de cunho ambiental, servindo de obstáculos para implantação da educação ambiental.

Oliveira (2000), refere-se a três dificuldades encontradas que devem ser vencidas para implementação da educação ambiental na escola: (1) a busca por alternativas metodológicas que façam convergir o enfoque disciplinar para indisciplinar; (2) a barreira rígida da estrutura curricular em termos de grade horária conteúdos mínimos, avaliação, etc; (3) a sensibilização do corpo docente para a mudança de uma prática estabelecida, frente às dificuldades de novos desafios e reformulações que exigem trabalho e criatividade.

Apesar dessas dificuldades, escola deve enfrentar o desafio de implementar e fazer acontecer a educação ambiental, vendo nesse processo uma oportunidade de repensar a didática pedagógica como um todo, a participação e a geração de autonomia dos envolvidos. Portanto é importante, buscar alternativas de superação das dificuldades na implantação de projetos que venham a se concretizar na educação ambiental no espaço escolar.

Sobre isso, Oliveira (2000), sugere uma lista de passos, nas quais a escola pode vir a seguir para o planejamento escolar. O primeiro passo seria a formulação de um projeto pedagógico para a escola que reflita o espaço político – econômico-cultural na qual ela se insere. O segundo seria o Levantamento de situações-problemas relevantes, referentes à realidade em que a escola está inserida, a partir da qual se busca a formulação de temas para estudo, análise e reflexão. O terceiro é a estruturação de uma matriz de conteúdos inter cruzando conteúdos/disciplina x situações – problemas/temas. E, por fim, a realização de seminários, encontros, debates entre professores, para compatibilizar as abordagens dos conteúdos/disciplinas x situações-problema/temas, e discutir sobre situações-problemas a serem trabalhadas.

Ainda na concepção de Oliveira (2000), após o projeto ter sido realizado e efetivamente concretizado pode-se partir para a efetivação das ações escolares tais como: levantamento do perfil ambiental da escola (se possui área verde, horta, separação de lixo, etc.); levantamento dos projetos que estão sendo desenvolvidos na escola; acompanhamento de projetos específicos na escola que serão desenvolvidos pelos professores ou pelo Grêmio Estudantil (horta comunitária, reciclagem de lixo, bacia hidrográfica como unidade de estudo, trilhas ecológicas, plantio de árvores, recuperação de nascentes, (...)); mobilização de toda a comunidade escolar para o desenvolvimento de atividades durante a semana do meio ambiente, com finalidade de conscientizar a população sobre as questões ambientais; realização de campanhas educativas utilizando os meios de comunicação disponíveis, imprensa falada e escrita, distribuição de panfletos, folder, cartazes, a fim de informar e incentivar a população em relação à problemática ambiental; e, a promover a integração entre as organizações que trabalham nas diversas dimensões da cidadania, com o objetivo de ampliar o conhecimento e efetivar a implementação dos direitos de cidadania no cotidiano da população.

Sendo assim, é necessário buscar um ensino de qualidade aplicado à formação de cidadãos capazes de interferir na realidade de forma crítica para transformá-la. Esse é, um desafio que as escolas têm nesse século XXI, em que a velocidade de divulgação de conhecimentos e informações é cada vez maior, bem como as consequências do estilo de vida consumista que vivemos.

A questão ambiental tem se apresentado na forma de muitos problemas que afetam a vida do cidadão comum, e a escola é chamada a dar sua contribuição na busca de soluções para a crise ambiental. Temos então, a educação ambiental na escola (OLIVEIRA, 2006 p.135).

Nesse cenário atual de discussão e reflexão, sobre que tipo de relação que queremos manter, entre sociedade e o meio ambiente, o professor desempenha um papel fundamental na implementação dessa nova visão de mundo. Cabe a ele fomentar debates, refletir, discutir, alertando e orientando os alunos sobre a forma de desenvolvimento em que a sociedade esta inserida, sensibilizando-os a uma conscientização ambiental, que busque melhores formas de utilizar os recursos naturais de forma sustentável.

Essa postura do professor exige que ele adquira novos conhecimentos e informações no que se refere aos conteúdos específicos, como também, para a construção de metodologias capazes de facilitar a aprendizagem e o trabalho docente. Além disso, o professor necessita entender as concepções que fundamentam suas ações, libertando-se do ativismo ingênuo (VEIGA, 1995).

As concepções, que envolvem meio ambiente e Educação Ambiental, variam muito conforme a especialização dos professores, e isto, obviamente, vai refletir nas práticas pedagógicas: objetivos, métodos e/ou conteúdos (REIGOTA, 1991).

Podemos observar no ensino contemporâneo, como é feito a organização da matriz curricular pelas disciplinas tradicionais que conduzem o aluno apenas a enxergar as disciplinas por partes fragmentadas, tendo como objetivo um acúmulo de informações e não a visão holística do mundo, que é o que almeja a Educação Ambiental.

A Educação Ambiental visa levar o aluno a uma integração dos conhecimentos, em todas as áreas, na busca de soluções de problemas ambientais gerados pela forma de apropriação do homem sobre a natureza e como a sociedade que ele está inserido desenvolve relações sociais, históricas e políticas com esta

natureza, geram-se, assim, reflexões e compromissos de transformações na forma de ver e lidar com o meio ambiente.

Que o estudante analise a coerência de seus próprios valores e comportamentos, assim como os da sociedade; aprenda a obter informações e desenvolver competências para perceber o ambiente particular como parte da sociedade global, entre outras aprendizagens que lhe deem suporte para melhor compreender o mundo, os fatos, as pessoas (GIESTA, 1999 p 120).

Dessa forma, Giesta (1994), enfatiza que compreender a integração entre a sociedade que o aluno está inserido e, de que forma este é partícipe em relação recíproca entre a sociedade e o meio ambiente, é uma ação que deve fazer parte do currículo escolar, sendo este construído de forma a integrar as relações sociais, que esta sociedade estabelece com o conhecimento. Com isso, será observado que nas várias realidades existem uma pluralidade de objetivos com relação ao que ensinar, visto que a educação se dá na interação com as pessoas e com o meio ambiente.

Para Meyer (1991), a educação é um processo contínuo de aprendizagem de conhecimento e exercício da cidadania, que capacita o indivíduo para uma visão crítica da realidade e uma atuação consciente no espaço social, por isso, a escola deve promover uma integração entre o currículo escolar e a questão ambiental, proporcionando a participação de todos no processo de sua construção e execução, tendo o aluno como centro do processo em que os conteúdos estejam convergindo a promover a polidisciplinaridade.

Dessa forma, a Educação Ambiental é uma relevante aliada no currículo escolar integrando e superando a fragmentação do atual sistema disciplinar. Para Sato (2002 p.24), a Educação Ambiental “sustenta todas as atividades e impulsiona os aspectos físicos, biológicos, sociais e culturais dos seres humanos”.

Contudo, a escola se quiser ser bem sucedida no que diz respeito à temática educação ambiental deverá proporcionar a maior diversidade possível de interações. O significado disso não seria apenas aquilo que é necessário para acessar conscientização e a realização de projetos, mas o que encontra ancoragem nos conhecimentos anteriores. Estes são construídos em processos interlocutivos que antecederam a entrada dos estudantes na escola e que continuam existindo fora dela, tendo peso sobre suas vidas e compreensão da realidade sobre a questão do meio ambiente.

## 2.6 LITERATURA DE CORDEL

A literatura de cordel, também conhecida como literatura popular ou folhetos, nasceu no final da Idade Média, período que corresponde ao século XV. Nessa época a Europa passava por profundos acontecimentos e várias transformações: 1448 – Gutenberg inventa a tipografia; 1453 – Constantinopla cai em poder dos turcos; 1481 – A inquisição é instaurada na Espanha (MAIA, 2005).

Na Europa, surge também o humanismo, movimento intelectual religioso e moral, que tem início com a queda de Constantinopla que foi invadida pelos Turcos Otomanos, e de onde muitos sábios gregos fugiram para a Itália (MAIA, 2005). Em Portugal, as transformações são também marcantes com a Revolução de Avis, o que resultou numa nova ordem social e ruptura dos modelos medievais e uma transição para o Renascimento. Segundo Nicola (2009), o momento histórico precisa de registros e, surge assim, a historiografia portuguesa e desenvolve-se um teatro de caráter popular; com a poesia ganha novas características: foi um momento fértil para as artes.

Nesse período nos países Ibéricos, Gil Vicente se destacava lançando no teatro Português encenações de caráter religioso e profano, com elementos rudimentares e dispersos. Maia (2005), destaca que o teatro de Gil Vicente utiliza temas da Idade Média como as narrativas de origem cavaleiresca, o lirismo das cantigas e das encenações religiosas medievais (mistérios e milagres).

Dentre as 44 peças escritas por Gil Vicente, destacamos a crítica em relação à sociedade de seu tempo, em que ele não perdoa nem a fidalguia, nem a plebe, nem a burguesia ou o clero, todos representados em suas peças das quais se destaca os Auto, segundo Maia (2005):

Auto é uma composição dramática originária da Idade Média, com personagens que representam pecados, virtudes etc, e entidades como santos e demônios. O auto se caracteriza pela simplicidade da construção, ingenuidade da linguagem e intenções moralizantes, podendo ser elementos cômicos e irônicos (MAIA, 2005 p.145).

Na obra Auto da Barca do Inferno, Gil Vicente divide a peça em personagens que vão dar contextualização no desenvolver da história em que esses personagens humanos são satirizados, sendo conhecidos como (farsas). Nicola (2009), destaca um trecho nessa obra de Gil Vicente que tem como um dos personagens o Anjo que

pecou em vida, sem consciência nem maldade e, por isso não, iria para o paraíso. Já os quatro cavaleiros irão ao Paraíso porque morreram 'pelejando por Cristo', conforme as palavras do próprio Anjo:

“Ó cavaleiro de Deus,  
A vós estou esperando,  
Que morrestes pelejando  
Por Cristo, Senhor dos Céus

Sois livres de todo o mal,  
santos, por certo, sem falhas:  
que, querem morre em tal batalha,  
merece paz eterna.”

O que podemos observar com esse auto é a similaridade entre as frases e a métrica, o que facilita a memorização das histórias apresentadas, principalmente de forma oral. Estes poemas eram então comercializados em feiras livres dos burgos. Costa (2012), relata a venda nas feiras medievais das obras a preço baixo de autores desconhecidos e autores como Gil Vicente e Antônio José da Silva.

O cordel, porém, chegou a América do Sul durante o período da colonização, vindo da metrópole portuguesa, onde os artistas tinham o costume de vender os cordéis que eram chamados volantes, pendurados em barbantes o que originou o nome cordel, sendo vendidos nas feiras livres ou praças públicas (COSTA, 2012).

Segundo Maia (2005):

De origem européia, principalmente por meio dos portugueses que aqui chegaram, difundiu-se uma produção literária popular, em estrofes na maioria de seis versos, cada um deles geralmente com sete sílabas e de fácil memorização. Inicialmente, era transmitida por via oral, repetindo ou adaptando “folhas soltas” ou “volantes” e manuscritos divulgados pelo colonizador português (MAIA, 2005 p.79).

### 2.6.1 Diferenças entre o Cordel Brasileiro e Lusitano

Os cordéis são livretos escritos em formas de rimas ou estrofes. Para Galvão (2001), os cordéis podem conter quatro versos chamados de quadra ou pés, sextilhas seis versos ou pés, setilhas ou sete versos ou pés, e décima conjunto de dez versos ou pés. Os decassílabos aparecem em menor número, enquanto as sextilhas são as mais comuns, na literatura de cordel. Câmara Cascuda (1978, p.351) afirma: “forma absolutamente vitoriosa na literatura de cordel brasileira, ABCBDB, é tão antiga quanto à quadra, ensinava Carolina Michaelis de Vasconcelos, dizendo-a popularíssima no séc. XVI”.



Numa comparação ao cordel português, podemos observar que o cordel nordestino possui uma estrutura regular, que precisa respeitar os moldes que dão beleza e forma, metrificada, ritmada e rimada. Para Abreu (1993), em sua tese sobre o Cordel Português e o Folheto Nordestino, existe diferença entre ambos:

Aqui, os folhetos possuem uma forma fixa e específica, predominantemente sextilhas com versos setessilábicos e esquema de rima ABCBDB, ocorrendo também, mas com menor frequência, estrofes de sete versos setessilábicos com rimas em ABBAACCDDC. É possível encontrar folhetos escritos em décimas decassilábicas com rimas em ABBAACCDDC. Esta definição formal não existe no cordel português que pode ser escrito em prosa, em verso – com rimas e métrica bastante variáveis – ou sob a forma de peças teatrais (ABREU, 1993 p 3).

Observamos assim, na citação acima uma diferença entre o cordel de Portugal e o brasileiro. Este o qual é menos diversificado que o cordel lusitano no qual prevalece o folheto em verso. Dessa forma seria precipitado comparar o cordel brasileiro como cópia do cordel português. Sobre essa diferença, Abreu (1993), mostra que o próprio termo literatura de cordel deve ser questionando:

Os autores e consumidores desta produção, no nordeste, não reconhecem a designação “literatura de cordel”: para eles trata-se de “literatura de folhetos” ou apenas “folhetos”. “Literatura de cordel” é uma atribuição dos estudiosos a esta produção numa importação do termo português que, lá sim, é empregado popularmente. A partir da década de 1970, alguns poetas brasileiros começaram a empregar o termo, talvez influenciados pelo contato com os críticos. (ABREU, 1993, p. 4-5).

Como podemos perceber, a literatura popular brasileira e a literatura de cordel portuguesa possuem diferenças tanto na sua estrutura do texto, quanto na designação, embora se perceba relação entre ambas. Também é importante ressaltar que o termo “literatura de cordel” está cada vez mais consolidado, tanto pelos pesquisadores como poetas bem como pelos leitores mais jovens.

Podemos também destacar que na literatura popular encontram-se elementos da literatura erudita e vice versa.

No cordel, portanto, o formal e o informal, o individual e o coletivo, a voz e a letra, a criação e a tradição não constituem dois lados da mesma moeda, mas a substância fundida – e muito bem fundida – de que é constituída a moeda (PAIVA PALHANO, 1998 p. 23).

Dessa forma, é relevante notar que podemos encontrar nos folhetos elementos da cultura popular e erudita. Evaristo (2001, p.119) diz que “predominam, nos textos produzidos, as misturas de elementos da literatura erudita ocidental aliada às características próprias e particulares, históricos do sertão nordestino”.

### **2.6.2 Cordel: Meio de Informação**

A história do desenvolvimento do homem é marcada pela capacidade de socializar-se. Isso se dá pela necessidade de obter e trocar informações. O homem sempre buscou se comunicar mesmo quando não possuía o domínio da linguagem, buscou alternativas para que pudesse transmitir a informação desejada.

O homem, com o passar dos tempos e desenvolvimento significativo da linguagem, o homem desenvolveu formas eficazes na transmissão e difusão de informações da informação. E as primeiras e grandes civilizações foram grandes mestres no domínio da linguagem e na troca de informações.

Nesse sentido, transmissão de informação se caracteriza pelo objeto principal no processo de comunicação, de maneira que passa a ser encarada como base fundamental de crescimento pessoal e profissional.

A informação é o que comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora etc. Inscrição feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo esse que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação (LE COADIC, 2004 p. 56).

A informação é pedra fundamental no processo de construção do conhecimento. Assim sendo, ela contém grande significação para a sociedade configurando-se como tudo aquilo que possibilita uma transmissão e troca de conhecimento difundido pela comunicação. Essa “pedra fundamental” pode ser encontrada nas imagens, palavras, músicas, objetos e na cultura, ou seja, nos costumes, no cotidiano e na memória de um povo. Os elementos informativos característicos do cordel são observados partindo de suas particularidades culturais, assim como de sua composição comunicacional e da memória presente em sua estrutura, por isso o cordel traz consigo um gerador de informações carregado de um universo de opções de aprendizados. Com isso a literatura de cordel permite o

contato com percepções que contribuem para a formação da identidade cultural trata-se de estar ligado aos fluxos informacionais em âmbito cultural, a leitura do cordel permite o contato com percepções que contribuem para formação da identidade cultural.

É sabido que a literatura de cordel chegou ao Brasil logo nas primeiras décadas do início da colonização. A sua forma de verso, rimada e declamada nas feiras livres serviram não somente para divertir as pessoas, mas também para informar sobre as notícias, tanto dos centros mais distantes, como também da região.

Na história do estudo sobre o cordel, destaca-se ainda o pesquisador e jornalista Orígenes Lessa 1950, que escreveu que o cordel funciona como meio jornalístico.

Os desastres, as inundações, as secas, os cangaceiros, as reviravoltas da política alimentam o caráter jornalístico dessa produção que sobe a centenas de títulos por ano. O bom crime é a alegria do poeta. [...] Juscelino, Jânio, Jango botaram feijão em muitas mesas de poeta. (LESSA, 1955, n.3, p.16).

Em 1960 um grupo de pesquisadores liderados por Thiers Martins Moreira, diretor do Centro de Pesquisas Casa de Rui Barbosa e professor de Literatura na Universidade Federal do Rio de Janeiro, juntaram esforços com os escritores Manuel Cavalcanti Proença e Orígenes Lessa e do antropólogo social Manuel Diégues Júnior, motivando a fundação a criar uma coleção de cordel, e a resgatar o que dela restara no Nordeste. Para isso, Proença foi autorizado a comprar os cordéis, velhos originais que encontrasse, surgindo aí o acervo de cordel da Casa de Rui Barbosa. A fundação não tinha somente a função de colecionar cordéis, mas também de divulgar obras desse tipo de poesia.

Thiers Martins Moreira, no prefácio da primeira grande antologia impressa no Brasil, afirmava que o centro de pesquisa:

[...] se acha vivamente empenhado nesse trabalho, em virtude de sua importância literária e de linguagem e em virtude, ainda, da contribuição que apresenta para o conhecimento histórico e social do povo brasileiro. [...] Ver-se-á um dia que para história ou para a sociologia aí se encontra uma das mais ricas fontes. [...] Os acontecimentos importantes do Brasil, de países distantes ou da localidade, as estórias tradicionais, os elementos folclóricos, personagens reais ou da ficção e das lendas, tudo um mundo de temas, de traços de vida. (MOREIRA, 1964).

Os trabalhos acadêmicos sobre o cordel tiveram um maior número de pesquisas e teses no fim da década de 1960, quando professores e jornalistas começaram a investigar como uma espécie de jornalismo popular, que funciona como um intermediário no processo da comunicação.

Ernesto Kawall foi o primeiro pesquisador brasileiro a relacionar cordel e jornalismo e a empregar o termo “recodificação”, essa notícia captada pelo cordel seria redirecionada para um público popular. O que era de conhecimento pelos poetas agora ganhava reforço teórico.

O jornalista Ricardo Noblat (1960), divulgou a ideia do cordel como jornalismo em vários artigos publicados nas revistas Fatos e Fotos e Manchete a qual era destinada a público urbano e sofisticado.

[...] existem dezenas de poetas populares do Nordeste que fazem um jornalismo muito parecido ao praticado nas redações dos jornais: narram os principais acontecimentos da sua cidade, região, país e mundo; interpretam-nos; opinam sobre eles; refletem e ajudam a formar a opinião pública, integrar à vida nacional comunidades que ainda não foram devidamente atingidas pelos veículos convencionais de comunicação. [...] A eles dá-se o nome de folhetos de época, ou de urgência, ou circunstâncias, um dos muitos ciclos de literatura de cordel nordestina NOBLAT, 1960 p.14).

Essa literatura popular produzida pelos poetas nessa época era denominada de ‘folhetos’ ou ‘romance’ e também era chamada de ‘livrinhos’. Somente na década de 1970, passou a ser chamada de literatura de cordel por estudiosos, numa referência a sua origem colonialista portuguesa.

Surgida no Nordeste. No período colonial, o cordel tinha como função social informar, divertir, contar ao homem do campo as notícias da política, sociedade ou simplesmente divertir as pessoas com os causos dos cordelistas.

O cordel consiste, basicamente, em longos poemas narrativos, chamados “romances” ou “histórias”, impressos em folhetins ou panfletos de 32 ou, raramente, 64 pág., que falam de amores, sofrimentos ou aventuras, num discurso heróico de ficção (CURRAN, 1971 p.20).

O termo ‘folheto’ é usado nos livretos, no lugar onde os autores dos cordéis criam, vendem e leem ao público o material criado por eles. Estes artistas, são denominados trovadores, quando o cordel é cantado ou simplesmente poetas, que recebem a denominação de cordelistas ou cordelismo, em uma linguagem erudita, aparecendo nos meios acadêmicos.

Na década de 1960, o cordel passou por uma divulgação popular nas região sudeste, com a migração dos nordestinos para os grandes centros urbanos, assim como, pelo interesse que despertou na classe média brasileira e nos turistas estrangeiros.

No Rio de Janeiro e em São Paulo, nos anos de 1970 e 1980, constatou-se que, embora tenha diminuído, o cordel sobrevive, cumprindo ainda as funções de informar, ensinar e, principalmente, divertir o público.

### **2.6.3 Região de destaque do cordel: nordeste**

O Cordel tem como palco principal a região Nordeste, pois se trata de uma tradição cultural típica da própria região composto de universo que abrange o relato do dia a dia do povo do nordeste.

O cordel teve sua época de ouro no Nordeste, nos anos de 1920 a 1950 com os grandes festivais de cordel de Caruaru e Campina Grande na Paraíba. Os relatos cordelianos de fatos cotidianos envolvendo acontecimentos políticos, sociais, econômicos ou simples histórias de ficção, relatam uma memória, um documentário e um registro da história do povo nordestino.

A Literatura de Cordel faz parte do romancelero popular do Nordeste e teve sua origem nos romances portugueses em versos, os quais surgiram em sua expressão oral, sendo depois passados para a escrita. Foi nessa região, local de menor letramento e de acesso mais difícil à imprensa, que o Cordel, essas narrativas em versos impressas em papel simples e penduradas num barbante, conhecido como cordel, encontrou terreno mais fértil para se propagar (GALVÃO, 2001 p.89).

Em 1921, Gustavo Barroso publicou a antologia pioneira de poesia popular, ao som da viola, em que justificava seu trabalho à base da teoria de Thierry, segundo a qual, existem três tipos de histórias a saber: popular, clássico e filosófico.

Para Barroso (1921), o nordeste deveria ser estudado a partir do folclore, isto é, sua tradição poética popular captada no cantador que há séculos conta a história do campo, da região na visão rústica do homem, como a tradição literária popular.

Nesse sentido, Mário de Andrade na obra Romancelero de Lampeão acrescenta que:

O Romance é a forma solista por excelência, poesia historiada, relatando fatos do dia. Qualquer caso mais ou menos impressionante sucedido no Brasil, e às vezes mesmo no estrangeiro, é colhido nos jornais por algum poeta popular praxeado, versificada e impresso em folhetos. (ANDRADE, 1932 p.73).

Em sua vasta obra de pesquisa, Mario de Andrade estava convencido de que a nova cultura brasileira e a literatura do jovem século deveriam basear-se na realidade total do Brasil, folclórica e elitista.

Pouco tempo depois chegou, a teoria folclórica que teve em Luis da Câmara Cascudo, mestre dos folcloristas brasileiros e estudioso pioneiro do cordel, suas pesquisas das raízes europeias, da tradição oral do cantador e de vários outros aspectos dessa cultura que forma a literatura de cordel. Em um de seus trabalhos realizado no México, Câmara Cascudo afirma que:

[...] é natural que a poesia narrativa frutificasse normalmente no Brasil e mantivesse, através dos tempos, a riqueza dos folhetos semanalmente divulgados e registrando acontecimentos julgados de indispensável comunicação ao povo do sertão, das vilas e cidades do interior. (CASCUDO, 1971 p.153).

No tocante às massas analfabetas, mesmo não sabendo ler o latim, precisavam de uma referência no passado que fosse capaz de conservar os fatos na forma de “El canto em língua vulgar”, dando um sentido de história do passado familiar. A essa realidade Cascudo aplica o cordel Brasileiro:

Todos os motivos julgados dignos de um registro poético merecem esse mesmo ritmo fulminante de fixação e divulgação no ambiente popular nordestino. Uma estiagem prolongada, incêndio em proporção invulgar, alagação fluvial, assassinatos, vitória eleitoral, todos os assuntos acima da norma cotidiana e banal vão para o documentário poetizado no interior dos sertões e litoral do nordeste, como no exato cumprimento de uma missão rotineira de cronistas oficiais. (CASCUDO, 1971 p.155).

#### **2.6.4 O cordel como processo educativo**

Sabe-se que o papel da educação tem como finalidade promover processos de transformações sócio-políticas relevantes e permanentes no indivíduo, e que estas venham a favorecer o desenvolvimento integral do homem na sociedade. Diante das experiências adquiridas ao longo do tempo, é necessário dizer que

educar é um ato contínuo de aprendizado, é mais que ensinar fórmulas prontas e acabadas; é a evolução com uma orientação correta e com experiências de vida.

O processo educativo é entendido de diferentes maneiras nas várias épocas da história até numa mesma fase. Há muitas formas de avaliar quais são os melhores modos de preparar as novas gerações para a vida social em um mundo totalmente globalizado; isso envolve valores e visões de mundo. O educador é alguém que tem o papel de contribuir para o processo de desenvolvimento e aprendizagem dos jovens; são educadores todos os que exercem essa função direta ou indiretamente: pais, igreja e, principalmente, a escola.

Hoje, o professor completo é aquele que não vê a si mesmo apenas como informante ou alguém que transmite informações, mas como uma pessoa que faz parte de um processo mais amplo: a formação integral do cidadão que atuará de forma cada vez mais completa na sociedade.

Nesse sentido, ao valorizar o cordel como instrumento para o processo educativo, aceita-se o desafio e o compromisso com a construção de um conhecimento inovador e que traz soluções para o desafio pedagógico e social que por sua vez, precisa ser desenvolvido num ambiente de investigação, ou seja, a sala de aula, entendendo que o educar é um processo histórico social crítico reflexivo.

Ensinar e aprender constitui-se de processo e relação para que haja função e avanço no campo da educação. Em suma, a formação do professor deve ser um processo pedagógico, organizado e intencional, precisa ter fundamentação teórica e científica, de modo que ele possa ter subsídios, esquemas mentais e práticos para atuar com competência. O ato de ensinar tem muito de idealismo e afetividade, é ligado à competência e à coerência de uma realidade diversificada.

Portanto, ensinar e aprender constitui-se de processo e relação de trocas, para que haja função e avanço no campo do saber. A utilização do cordel é uma fonte inspiradora para a realização de atividades educacionais que se aproximem da cultura popular, e, promovam uma forma divertida de aprender.

O cordel, como cultura popular, serviu durante anos, no período colonial, como meio de informar, divertir e aproximar as comunidades mais distantes com as notícias das metrópoles, onde as decisões do poder se difundiam nas áreas dominadas.

É sabido que o processo de resgate da literatura de cordel faz parte da tentativa de seu fortalecimento, principalmente no nordeste nas últimas décadas.

Este contexto é observado devido o avanço das novas tecnologias, cada vez próximas da população que não vem mais utilizando o cordel como instrumento de informação.

Nesse sentido, lançar mão do cordel em sala de aula é trazer o contexto social do educando como discurso para efetivar a estratégia de fomentar o conhecimento. Trata-se de resgatar a identidade do povo nordestino e do povo brasileiro valorizando a cultura popular e o saber retirado do cotidiano, o que possibilita o processo educativo e incorpora elementos que perpassam a riqueza presente no conhecimento oriundo da relação do homem com a cultura.

A educação ou ação cultural para a libertação; em lugar de ser aquela alienante transferência de conhecimento, é o autêntico ato de conhecer, em que os educandos – também educadores – como consciência “intencionada” ao mundo ou como corpos conscientes, se inserem com os educadores – educandos também – na busca de novos conhecimentos, como consequência do ato de reconhecer o conhecimento existente. (FREIRE, 1984 p.99).

Para Freire (1984), o ensinar e aprender se dá de forma dinâmica em um processo contínuo de compartilhamento do aprendizado composto de elementos da realidade dos educandos e os conteúdos sistematizados. Assim, o resgate do cordel é uma possibilidade de entender que elementos do cotidiano podem ser inseridos na sala de aula, facilitando o processo de aprendizagem tornando a mesma significativa para os educandos.

Dessa forma, vale ressaltar que o ato de ensinar implica em compromissos históricos concretos do educador tanto em termos pessoais, quanto pedagógicos, institucionais e sociais. O educador de hoje possui teorias para estudar e repensar a sua prática, no entanto, carece, muitas vezes, de saber como transformá-la efetivamente e, diante da realidade perde-se na interação destes dois elementos e acabam por negar as diferenças e esperar que a aprendizagem se dê como passe de mágica.

Contudo, a utilização do cordel como conteúdo na sala de aula torna-se a oportunidade de apresentar aos educandos um conteúdo repleto de uma linguagem rimada, histórica e divertida, que possibilitará uma prática pedagógica que forneça novas formas de estratégias para a construção do conhecimento.

Assim sendo, o educador ganha mais uma ferramenta para aprendizagem em sua prática docente, pois o cordel pode ser um instrumento de ensino para várias



disciplinas como português, história, geografia, literatura, etc. Forjando o educador a trabalhar com uma forma lúdica de atividades, despertando a motivação do aluno.

Na construção dos cordéis, desde o período colonial até hoje, a informação é trabalhada em linguagem rimada em formas de versos métricos, de forma divertida e repetitiva, obrigando assim o aluno a ler e escrever várias vezes as frases até alcançar a forma rimada que deseja empregar no seu trabalho de cordel. Lessa (*apud* BARRETO, 2009, p.3) cita, como um articulador da geração dos novos cordelistas que, a função de ensinar a fazer cordel demanda experiência pedagógica e, sobretudo, intimidade com o gênero. Pois é possível mostrar a história, sua origem, a evolução, os autores, as modalidades. Depois entramos na parte técnica da métrica, da rima, do ritmo, dos tipos de estrofes. No final, os alunos produzem seus próprios folhetos.

No Congresso Nacional, existe um projeto indicado pelo MEC, para que as escolas incluam o cordel na sua grade curricular. Isso que daria a oportunidade de alunos de várias regiões do território nacional conhecerem um gênero literário da cultura nordestina, tão conhecida no passado dessa região e que, atualmente, encontra-se em um processo de renovação e utilização como material didático pelos docentes.

Lessa (2009), cita na sua reportagem que Antonio Barreto, Jotacê Freitas e Maysa Miranda, já estão realizando oficinas de cordel em projetos didáticos nas escolas da região metropolitana de Salvador.

Segundo Manoel Monteiro, na obra *Quer Escrever um Cordel? O cordel*, para ser bem feito, tem que possuir três regras básicas em suas estrofes: rimas, métricas e oração. Segundo Ximenes (2000, p.823) diz que: “rimas é a igualdade sonora entre os finais de dois ou mais versos ou correspondência de sons na terminação de duas ou mais palavra”. Galvão (2001), define as rimas de cordel da seguinte forma:

Toante, assoante ou vocálica: Semelhança apenas com som das vogais Ex: novo/fogo – estrondo/sonho –tormento/vertendo Soante, consoante ou consonantal: Semelhança apenas com som das vogais e consoantes Ex: anos/desenganos – florescente/frente –existente/triste (GALVÃO, 2001 p. 5).

Outra regra básica que compõe o cordel é a utilização da métrica que ajuda na leitura e fixação das informações que os cordéis transmitem. Para Ximenes (2000, p.625), a “métrica é a arte que ensina os elementos da leitura e da

composição de versos medidos”. A utilização de música na apresentação ou leitura dos cordéis também ajuda a fixar a métrica podendo ser parodiadas.

No cordel, a Consciência Ecológica que os Nossos filhos Precisam Ter, escrito pelo cordelista Antonio Carlos de Oliveira Barreto, cordelista da chamada nova geração de cordelista baiano, destaca o trecho em sete sílabas contadas até a tônica da ultima palavra do verso:

Sabemos que a ecologia  
É uma inter-relação  
De todo organismo vivo  
E o meio físico em ação.  
E se houver desequilíbrio  
Haverá destruição

Outra parte que constitui um cordel é a oração. Analisar sintaticamente uma oração significa dividi-la em partes e estudar a relação existente entre elas. O professor poderá dessa forma trabalhar com a gramática dentro da sala de aula através dos cordéis determinando nas orações a função que cada termo exerce na oração. Segundo Ximenes (2000), a oração é o conjunto de palavras constituído de um sujeito e um predicado, ou só de um predicado.

No cordel sobre o cerrado, intitulado “Conhecendo o bioma Cerrado cordel”, o cordelista Antonio Alencar Sampaio destaca a importância que o cerrado tem como bioma. Destacamos uma parte desse cordel para exemplificar a função da oração e como Alencar trabalha com a gramática e a educação ambiental dentro do cordel.

A UNESCO o elegeu  
Reserva da Biosfera  
Em duas porções no Cerrado  
Por isso agora se espera  
Que seja mais respeitado também em outras esferas (ALENCAR, 2005 p. 26).

### 3 METODOLOGIA

Este capítulo, denominado de metodologia, consiste na explicação detalhada, de toda a ação desenvolvida e de tudo aquilo que se utilizou no trabalho de pesquisa: o tipo de pesquisa, o instrumental utilizado como questionários, entrevistas, entre outros, o tempo previsto, a divisão do trabalho, as formas de tabulação e tratamento de dados, etc.

Silva (2001), afirma que a “metodologia tem como função mostrar [...] como andar no ‘caminho das pedras’ da pesquisa, ajudá-lo a refletir e instigar um novo olhar sobre o mundo: um olhar curioso, indagador e criativo”.

Assim, a partir da revisão da literatura que embasou a fundamentação teórico/empírica referente ao objeto de estudo, delineamos o encaminhamento metodológico mais adequado para que a realização da pesquisa atingisse os objetivos traçados.

#### 3.1 TIPO DE PESQUISA

Desenvolvemos uma pesquisa utilizando o método de pesquisa-ação, de cunho descritivo e exploratória, de natureza predominantemente qualitativa.

Para Thiollent (1986), o método de pesquisa-ação permite a participação dos investigados na pesquisa, do início até o término, de tal forma que os resultados analisados possam levar a comunidade a perceber e superar seus desequilíbrios, identificando-os e, em segundo momento, propondo atitudes de mudança que venham a beneficiá-los.

Desta maneira, podemos afirmar que a pesquisa-ação, possui uma estreita relação com a ação, ou seja, com a resolução de problemas coletivos. Assim, os pesquisadores e participantes da pesquisa, são envolvidos de modo cooperativo e/ou participativo.

Ainda de acordo Thiollent (1992), os princípios da pesquisa-ação, os aspectos práticos de concepção e organização do trabalho apresentam fases que não são rigorosamente sequenciais, sendo seu planejamento flexível e passível de adequação às necessidades do pesquisador e demais participantes.

Neste sentido, Gonçalves *et al* (2004), fundamenta, que a pesquisa-ação constitui em um método de pesquisa que agrega diversas técnicas de pesquisa social, com as quais se estabelece uma estrutura coletiva, participativa e ativa no nível da captação da informação, requer, portanto, a participação das pessoas envolvidas no problema investigado.

Nesta perspectiva, o método de pesquisa-ação possibilita a transformação da realidade, no entanto de forma pontual em algum aspecto da realidade julgado relevante. Em nosso caso a mudança de comportamento frente ao comprometimento com o meio ambiente, buscando no cordel o instrumento de sensibilização. Assim, o foco desloca-se para o produto da mudança e não mais para o processo. Não há como negar que, por certo, os docentes envolvidos podem se beneficiar ao analisar os resultados de forma coletiva ou mesmo ao participarem das mudanças planejadas.

Este estudo ainda se manifesta de maneira descritiva e exploratória, pois o mesmo não se limita a observação de fenômenos e sim busca a sua essência, tentando descrever a realidade que se mostra perante nós, isto ocorre quando o pesquisador investiga as causas de existência do fenômeno, tentando com isso explicar como este se originou, quais suas possíveis relações, suas mudanças e entendendo as consequências que o mesmo poderá trazer a vida humana (TRIVIÑOS, 2006).

Por isso, as tentativas de compreender a conduta humana isolada do contexto no qual se manifesta criam situações artificiais que falsificam a realidade, levam a engano, a elaborar postulados não adequados, a interpretações equivocadas (TRIVIÑOS, 2006, P.122).

A forma descritiva na perspectiva de Gil (1999), tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Ou seja, o estudo descritivo pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 2006).

Segundo o mesmo Gil (2006), a forma exploratória, possui como finalidade proporcionar maiores informações sobre determinado assunto, facilitar a delimitação de um tema de trabalho. Normalmente essa constitui-se a primeira etapa de uma investigação mais ampla e desenvolve-se com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Isso é realizado

especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis sobre ele, como é o caso do uso do cordel como material didático para a educação ambiental.

A modalidade exploratória permite definir objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa mais ampla direcionadas para descobrir novo enfoque para o tema, avaliar a possibilidade de se desenvolver uma boa pesquisa sobre determinado tema. Também envolve, habitualmente, levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso.

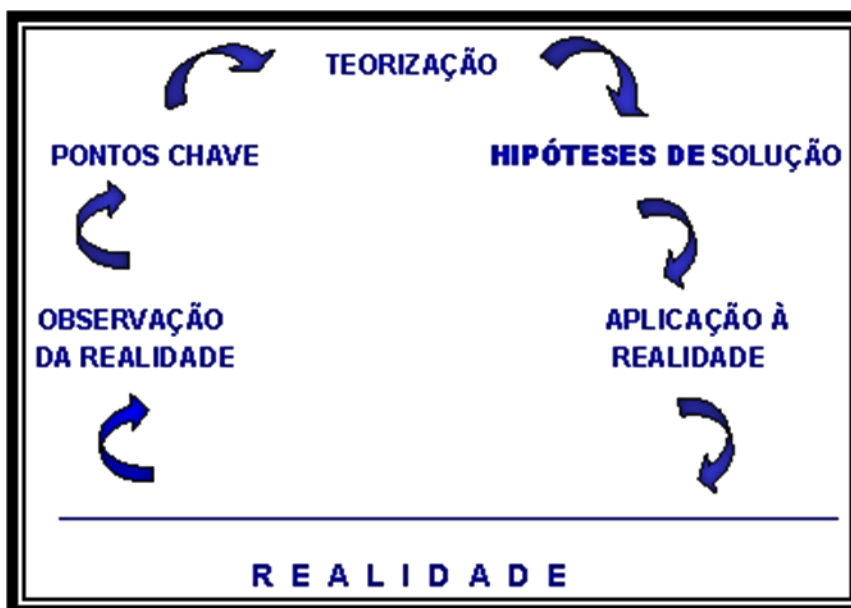
As pesquisas com formas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-las mais explícitas ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilita a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2002).

Embasados nessa teoria e para melhor realização desta pesquisa, utilizamos como plano basilar a referência do Método do Arco, de Charlez Maguerez (*apud* BORDENAVE, 1982). Inovações, como este método, têm tido repercussões relevante, por suas características, pressupostos e consequências diferenciadas, provocadas pelo discurso e pela prática daqueles que passam a apreciar as novas maneiras de ensino/aprendizagem. Assim, toda pesquisa foi baseada no levantamento de problemas problematização para análise e discussão.

Mais explicitamente, este arco tem a realidade social como ponto de partida e como ponto de chegada (BERBEL, 1998), e se constitui das seguintes etapas:

*1ª ETAPA – Observação da realidade (problema)* - Incitar o aluno a observar a realidade de modo crítico, possibilitando que o mesmo possa relacionar esta realidade com a temática que está estudando. Esta observação mais atenta permitirá que o estudante perceba por si só os aspectos interessantes, que mais o intriguem. (BERBEL, 1995). A partir dos conhecimentos prévios, os alunos e professores serão capazes de perceberem os aspectos problemáticos desta realidade analisada.

Figura 1 – Método do Arco, de Charlez Maguerez



Fonte: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/ssauade/principal/acervo/i16educa.php>

*2ª ETAPA – Pontos chaves* – Tendo elencado os aspectos problemáticos, os alunos e professores devem classificá-los utilizando critérios de prioridade, a fim de definir quais serão estudados e com qual profundidade. Concluída esta análise, o indivíduo será estimulado a refletir sobre quais são os pontos chaves destes problemas.

*3ª ETAPA – Teorização* – momento em que os alunos buscam embasamentos científicos, técnicos, oficiais etc., para avaliarem estes pontos chaves, diferentes ângulos do problema são analisados. Em epítome, trata-se de uma oportunidade de aprendizagem efetiva, no contato e no confronto, o mais direto possível com a realidade, onde a ação humana ou os fenômenos da natureza ocorrem concretamente (BERBEL, 1995).

*4ª ETAPA – Hipóteses de Solução* – é quando ocorre a elaboração das possíveis hipóteses de solução, assim como os aspectos problemáticos, estas hipóteses devem ser classificadas utilizando-se critérios de adequação, logicidade, coerência ou outros (BERBEL, 1995). A construção das hipóteses é um momento importante, pois, mais uma vez, o indivíduo deve julgar de maneira crítica a realidade em que está inserido, compreendendo de forma mais construtiva o meio em que vive.

E a 5ª ETAPA – *Aplicação à realidade (prática)* – refere-se à concretização das medidas possíveis que podem ser tomadas para a transformação, em algum grau, da realidade em que se vive.

Assim, verificamos que a metodologia da pesquisa-ação, constitui a formação de uma consciência da práxis, a qual Vázquez (1977), apresenta como atividade material do indivíduo que transforma o mundo natural e social para fazer dele um mundo humano. Buscando a adoção da concepção marxista da práxis, ela não só é a interpretação do mundo, mas consiste também como guia de sua transformação, pois se constitui da atividade transformadora consciente e intencionalmente realizada diferindo do termo 'prática', que em geral corresponde ao sentido utilitário das coisas.

Compreender a relevância total do conceito da práxis, para um profissional da educação, é afirmar a necessidade da formação de uma consciência profissional reflexiva, crítica, informada e, ao mesmo tempo, criativa. Seguindo esse raciocínio "A consciência comum da práxis tem que ser abandonada e superada para que o homem possa transformar criadoramente, ou seja, revolucionariamente, a realidade." (VÁZQUEZ, 1977).

É por esse motivo que este estudo compreende que, é a partir da prática social, que o homem busca refletir sobre os problemas do conhecimento, da história, da sociedade e do ser e encontra meios para justificar, dar sentido e transformar essa mesma prática social. No âmbito da pedagogia problematizadora, é possível a utilização da ecopedagogia também como temática de pesquisa.

Justifica-se o cunho descritivo, pois segundo Gil (2006), para utilizar procedimentos de pesquisa descrita tendo em vista que seu objetivo primordial é a descrição das características de determinadas populações ou fenômenos, o que fizemos em relação à experiência ecopedagógica estudada.

Gil (2002), ainda, afirma que entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental.

### 3.2 CENÁRIO DA PESQUISA

O processo de escolha do local adequado para realização da pesquisa, segundo Richardson (1999), é orientado pela capacidade que teremos ao acesso a coleta dos dados. Trabalhando com questões relacionadas a Ciências Sociais, a qual tem como referência a pesquisa qualitativa, o trabalho de campo se torna como uma maneira de nos aproximar com aquilo que queremos conhecer e estudar além de criar um conhecimento a partir da realidade existente no campo, que passa a se manifestar a nós como um centro de apresentações intersubjetivas permitindo contatos entre o pesquisador e os sujeitos do estudo favorecendo assim a descoberta de novos saberes (MINAYO, 2002). Nessa perspectiva, a pesquisa foi realizada no Colégio Municipal Maria Eleonora Cahyba na cidade de Jitaúna, região de Mata Atlântica, a 450 Km da cidade de Salvador, e 25 Km da cidade de Jequié, onde encontra a Diretoria de Educação e Cultura - DIREC-13, ligada a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia.

**Figura 2 – Fachada do Colégio Municipal Maria Eleonora Cahyba**



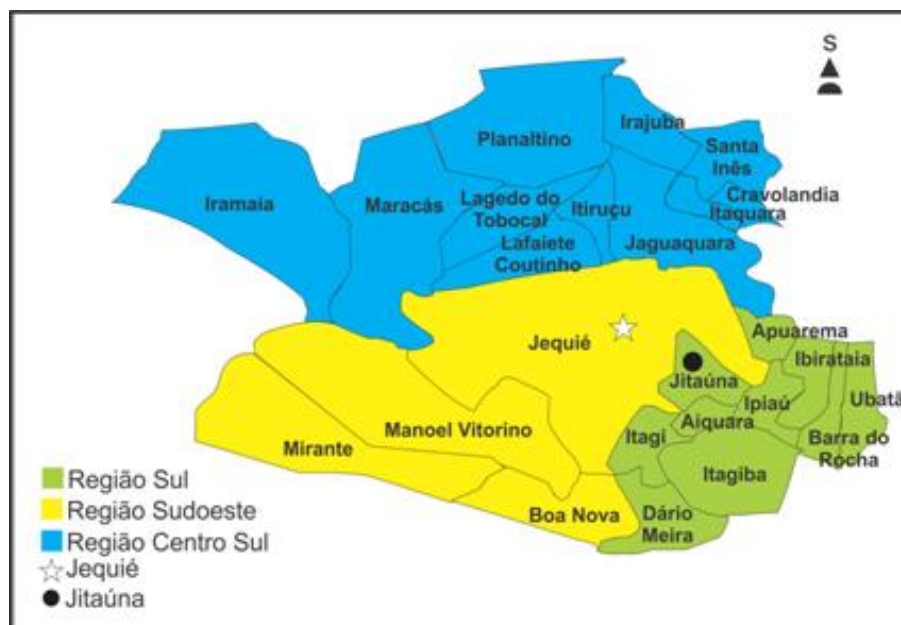
Fonte: Arquivo da pesquisa

DIREC 13 é responsável por atender a 25 municípios em três regiões distintas entre si, desde a Mata Atlântica, Mata de Cipó, até a Caatinga, com municípios



localizados na região do Oeste baiano, Sul e Sudoeste. A DIREC-13 abrange na atualidade cerca de 21.190 alunos do ensino médio e fundamental segundo dados da própria instituição.

**Figura 3 –Mapa da Jurisdição da DIREC-13**



FONTE: MAPA, da jurisdição da DIREC 13. UCSAL. Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental. 2009.

No que diz respeito à educação ambiental nas escolas públicas e particulares, o Governo Estadual lançou a Portaria nº 1.128/2010, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia, no dia 28 de janeiro de 2010. O termo Educação Ambiental que era trabalhado como temática nos currículos das escolas do ensino fundamental foi substituído pela designação Meio Ambiente que entrou no currículo como disciplina nas escolas públicas do ensino fundamental.

Esta portaria no inciso 1º, diz que: “Ficam extintas, doravante, todas as disciplinas cuja denominação seja Educação Ambiental ou Estudos Ambientais, nas matrizes curriculares da escola pública da rede Estadual de Educação Básica”. No inciso 2º, porém, consta que “A educação ambiental deve estar contida nas orientações do Programa de Educação Ambiental, do Sistema Educacional-ProEASE que todas as escolas estão aptas a participar”.

Na implantação da portaria nº 1.128/2010 pela SEC, havia sido introduzida aos currículos das escolas de ensino fundamental especificamente na 5ª série, a disciplina Educação Ambiental ou Estudos Ambientais. Ao ser implantado esta

portaria deveria pela lógica da implementação de qualquer projeto ser ofertado um esclarecimento aos professores e coordenadores pedagógicos, sobre os objetivos dessa mudança, bem como ser fornecido pela SEC material didático o que não ocorreu. Esse fato gerou grande desconforto na aplicação desta portaria junto aos educadores das escolas, sejam municipais ou estaduais, da jurisdição da DIREC-13.

Podemos constatar que, das 23 escolas públicas estaduais do ensino fundamental, muitas passaram a ser atendidas neste ano por 10 coordenadores contratados, os quais foram divididos em oito coordenadores pedagógicos, que exercem sua função de forma itinerante, com carga horária de 20 horas semanais, ou seja, quatro horas por dia.

Com esse regime de trabalho, os coordenadores itinerantes atendem de duas a três escolas por semana. Apenas dois coordenadores são lotados em regime de tempo integral. Um desses dois coordenadores trabalha no ensino fundamental no Colégio Estadual Instituto Regis Pacheco (IERP), fundado em 1948, na cidade de Jequié/BA, atendendo 2.710 alunos em 2009. O Colégio incluiu, por força do projeto ProEASE, a disciplina educação ambiental na grade curricular como matéria diversificada que pode fazer parte do currículo escolar na 5ª série do ensino fundamental, denominada Políticas Públicas e Meio Ambiente.

O que se pode observar é que, mesmo depois de vinte e dois anos da aprovação na Constituição Federal que previa a inclusão da educação ambiental nas escolas de ensinos fundamental e médio, até hoje, pouco se tem avançado a esse respeito no Estado da Bahia.

O projeto elaborado pela SEC para trabalhar educação ambiental ou o Meio Ambiente ProEASE, em 2010 com a finalidade de atender a todos os níveis de ensino fundamental, médio e superior no Estado é praticamente desconhecido pela maioria dos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 2010). Principalmente os de ensino fundamental, que deveriam propiciar ao aluno uma formação crítica com relação às decisões que envolvem o meio ambiente e, conseqüentemente, a qualidade de vida de todos.

No que diz respeito às orientações didático/pedagógicas dentro do projeto proEASE/BA (2010 p. 32), as atividades indicadas não são exclusivas de nenhuma área do conhecimento e servem para ilustrar e contribuir com a comunidade escolar em seu processo autônomo de criação e consolidação da Educação Ambiental em cada unidade, em consonância com os princípios e diretrizes do ProEASE. Desta

forma os projetos devem ser alicerçados em atividades bastante flexíveis que permitem o trabalho com temáticas adequadas à realidade escolar e sua problematização de modo integrado às disciplinas e ao conjunto do currículo, dinamizando-o. Envolve as etapas de identificação de tema, elaboração de objetivos e metas, seleção de atividades, execução, definição de prazos, acompanhamento e avaliação. Assim, destaca a utilização de gêneros textuais diversos, que aproveitam a diversidade cultural da Bahia como: poemas, cordéis, contos, mitos, fábulas, músicas e outros.

Apesar de inúmeros métodos pedagógicos, teorias educacionais e eventos em prol da educação ambiental, verifica-se que a inércia governamental e a direção do ensino no Estado estão esquecendo o que ensinou o educador Freire (1996), que diz que “é fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que faz de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática”.

### 3.3 SUJEITOS OU ATORES SOCIAIS

Compreende-se que as pesquisas sociais, em geral, abrangem um grande número de elementos, fazendo-se, desta maneira, necessário delimitar o universo, trabalhando com amostra, isto é, com uma pequena parte dos elementos que compõem a população. Nesse sentido, então, entende-se por amostra um subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou da população (GIL, 2006).

O estudo possuiu como atores sociais alunos da 5ª série, com faixa etária entre 8 a 14 anos, que equivalem a 271 alunos que frequenta os turnos matutino e vespertino do Colégio Municipal Maria Eleonora Cahyba no município de Jitaúna. Possuiu ainda como atores sociais professores responsáveis pela aplicação do projeto “cordel” nas salas onde lecionam.

Os atores sociais, numa pesquisa social, referem-se às pessoas, e estes informantes integram grupos específicos da investigação e do objetivo que queremos atingir (MINAYO, 2001).

Conforme Gauthier (1998), o sujeito da pesquisa também é denominado de ator social, porque, além de fornecer informação para o processo de investigação, valida os resultados e é agente ativo de todo processo investigatório. Dessa forma,

os atores sociais dessa pesquisa foram constituídos por coordenadores pedagógicos, professores, pesquisador e educandos do colégio supracitado.

Referente aos dados dos alunos, começaremos pela identificação da faixa etária, em que 22% responderam que estarem na faixa possuem de oito a nove anos, com um percentual de 16% informando a faixa etária de 10 a 11 anos. Representa um percentual de 36% os que correspondem a 12 e 13 anos de idade e com 25%, os alunos com mais de 14 anos.

Assim, escolhemos os alunos da 5ª série com atores sociais, pois a implantação da disciplina Educação Ambiental na Bahia por determinação da Portaria 1.128/09, deu-se início nas series iniciais do ensino fundamental II.

### 3.4 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Os instrumentos são recursos utilizados dentro de cada técnica com a finalidade de coletar dados. Entre os diferentes instrumentos de coleta de dados, utilizamos a observação, intervenção e a entrevista, atividade deliberada e controlada de coleta de dados que envolve o critério da intersubjetividade, tendo sido realizada de forma participante.

O roteiro de entrevista foi constituído por questões padronizadas, relativas aos dados de identificação, sócio-demográficas.

De acordo com Silva & Menezes (2001), as questões padronizadas são uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante e constituído por perguntas objetivas, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções. As instruções devem esclarecer o propósito de sua aplicação, ressaltar a importância da colaboração do informante e facilitar o preenchimento.

Vale salientar que as entrevistas foram aplicadas nas dependências dos colégios, onde antes de responder aos questionários, os alunos foram informados sobre a pesquisa e, após concordarem, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual garante o anonimato dos mesmos.

A *entrevista* foi escolhida, pois a mesma possibilita uma maior liberdade aos entrevistados, tornando mais fácil para este desenvolver seus pensamentos e expressar suas ideias.

### 3.5 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta de dados, sabe-se que se torna necessário que o pesquisador organize as informações obtidas para que consiga interpretá-las com clareza.

a análise dos dados pode ter três finalidades: “estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando ao contexto cultural da qual faz parte” (MINAYO, 1994 p.69).

Assim, essa investigação teve como finalidade também, servir de base para melhorar as estratégias de ensino na disciplina Educação Ambiental implantada em 2010, embora desde a década de 1960 a UNESCO e as ONGs promovam Conferências Internacionais sobre a utilização racional e a conservação dos recursos da biosfera.

Todas as etapas foram devidamente registradas e transformadas em relatórios, para, mais tarde, complementarem o estudo em questão. Desta maneira, tais relatórios contemplam as observações sistematizadas das atividades. As observações e o registro dos dados são etapas imprescindíveis na atividade científica. A primeira fase do estudo iniciou com a articulação com os professores, e posteriormente deu-se as seguintes etapas:

*1ª Etapa – Observação da realidade (problema)* – os professores estimularam os alunos a observar a realidade de modo crítico, possibilitando que os mesmos relacionassem esta realidade com o cordel e a ecopedagogia dentro da disciplina. Surgindo os aspectos problemáticos a partir dos conhecimentos prévios dos alunos.

*2ª Etapa – Pontos chaves* – Desenvolvimento dos aspectos problemáticos, os alunos e professores os classificaram os utilizando critérios de prioridade.

*3ª Etapa – Teorização* – momento em que os alunos buscam embasamentos científicos, técnicos, para avaliarem os pontos chaves. Buscaram conhecimentos acerca da educação ambiental, do cordel (origem, forma, rima).

*4ª Etapa – Hipóteses de Solução* – realizaram a formulação das hipóteses de solução, estas hipóteses devem ser classificadas utilizando-se critérios de adequação, logicidade, coerência.

E a *5ª Etapa – Aplicação à realidade (prática)* – refere-se à concretização das medidas possíveis que podem ser tomadas para a transformação, em algum grau,

da realidade em que vive. No nosso caso, o primeiro passo foi a construção de cordéis com a temática meio ambiente, foi o principal resultado da intervenção, a qual foi precedida de um diagnóstico do tipo 'pesquisa ação' no bojo da abordagem exploratória.

Feita essa problematização inicial, realizou-se a etapa de organização do conhecimento. Foi aplicado um questionário que teve por objetivo levantar as ideias dos alunos e professores no que concerne à temática do meio ambiente, ao mesmo tempo em que se buscava suscitar um questionamento e uma posição reflexiva dos alunos acerca das próprias anotações iniciais no experimento.

Os dados coletados foram explanados e trabalhados em forma de descrição do processo de trabalho, visando detectar os problemas, para então suscitar nos estudantes o espírito crítico, a curiosidade, a não aceitação do conhecimento simplesmente transferido. Foi descrito analiticamente os dados levantados, por uma exposição sobre o que foi observado no decorrer do desenvolvimento da pesquisa. Na análise e discussão, os resultados estabeleceram as relações entre os dados obtidos, o problema da pesquisa e o embasamento teórico dado na revisão da literatura. Os resultados podem estar divididos por tópicos com títulos logicamente formulados.

## 4 APLICAÇÃO DA INTERVENÇÃO

Antes de apresentar a intervenção dos dados obtidos pelo estudo, consideramos relevante ressaltarmos como ocorreu a motivação para a realização da mesma.

Em 2009, tivemos contato com Tonho da Viola, cujo nome, é Antônio Carlos Alves Bonfim, cordelista morador na cidade vizinha de Ipiaú, a 28 km de distância de Jitaúna. Esse encontro aconteceu em uma visita ao Colégio Estadual Gilda Ramos dos Santos, em Jitaúna, onde tivemos contato com o trabalho desenvolvido pelo cordelista nas escolas da região. Logo, o questionamos se possuía alguma obra voltada a educação ambiental. O mesmo respondeu que não, pois o seu trabalho estava voltado mais a contar fatos históricos das cidades circunvizinhas.

### 4.1 ECOPEDAGOGIA COM CORDEL NO COLÉGIO ESTADUAL GILDA RAMOS DOS SANTOS (2009)

Aquela visita do cordelista despertou-nos um desafio de unir o cordel à educação ambiental, em uma reunião pedagógica no Colégio Gilda Ramos dos Santos, com os coordenadores de áreas. A ideia foi lançada, com a finalidade de realizar um trabalho pedagógico polidisciplinar, envolvendo cordel e Educação Ambiental nas disciplinas em que os professores tivessem afinidade e interesse.

Vale salientar que o Colégio Estadual Gilda Ramos dos Santos, foi fundado em 2007, pelo então governador Paulo Souto, sendo autorizado a funcionar como colégio do ensino médio e como curso profissionalizante. Em 2008, foi revogado o funcionamento do curso profissionalizante, permanecendo a autorização ao funcionamento do curso de formação geral que funciona sobre a jurisdição da DIREC-13.

No início pareceu um desafio muito difícil de ser superado mesmo porque a grande maioria dos professores e até mesmo alguns coordenadores não conhecia a

fundo a estrutura de construção do cordel, tivemos então, mais algumas reuniões individuais com os coordenadores amadurecendo o projeto.

Em uma reunião com todos os professores lançamos o projeto Cordel 'Educação Ambiental uma Ideia Legal'. Explicamos, então, como funcionaria o projeto, quantos dias iriam levar, quem ficaria responsável por coordenar cada área, cedemos também alguns cordéis de cordelista como; Toinho da Viola e Antônio Barreto. Esse material funcionou na aproximação dos professores com o cordel.

O segundo passo foi apresentar o projeto aos alunos com a presença do professor responsável pela aplicação do projeto na sala nos encontros, fizemos uma rápida entrevista com os alunos e a grande maioria informou que não conhecia o cordel, houve salas em que nenhum aluno conhecia o que era cordel, então passamos a explicar a sua história, desde a antiguidade até hoje, e como é difundido na atualidade, através dos meios cibernéticos com comunidades e blogs que tratam do tema. Com isso, houve a participação efetiva dos alunos na busca por informação, na formação do conhecimento do uso do cordel.

O terceiro passo foi a apresentação dos trabalhos realizados pelos alunos. Essa apresentação foi aberta ao público na noite do dia 23/10/2009, uma quarta feira, e todos puderam apreciar os trabalhos produzidos pelos alunos. Sendo que um depoimento de uma professora chamou a nossa atenção: ela falou que ficou surpresa com os cordéis que foram construídos pelos alunos. Outros professores e convidados também ficaram surpresos com os trabalhos produzidos no projeto.

**Figura 4 – Apresentação do projeto no Colégio Gilda Ramos dos Santos**



Fonte: Arquivo da pesquisa.



Desse trabalho foram destacados quatro cordéis, onde um fala sobre a relação do cordel alertando sobre o uso de drogas, os outros três falam sobre o meio ambiente.

O primeiro cordel destacado foi produzido pelos alunos do 2º ano A sobre a orientação da professora Iara Lã, licenciada em letras. O texto tem como tema *Adolescentes também Escrevem Versos em Cordel*. Esse trabalho alerta sobre o uso de drogas pelos jovens, um problema presente em toda a sociedade. O cordel que estes alunos produziram tem como esquema de rimas abcbdb, e foram construídos com vinte e três estrofes, de seis versos, em que foram destacados duas estrofes desse trabalho, as quais consideramos significativas:

Suas angústias e temores  
Os adolescentes querem expressar  
Em forma de versos em cordel  
Para a todos alertar  
Que jovem não é só problema  
Ele também sabe rimar.

Adolescentes despreocupados  
Morrem por ai de bobeira  
Matam, rouba, traficam  
Como se tudo fosse brincadeira  
Nunca param pra pensar  
Que a vida é passageira.

O segundo cordel fala sobre o perigo da poluição, escrito pelos alunos do 2º B, sendo orientados pelas professoras Kallina Gargano, licenciada em Educação física e a professora Marlizia Peixoto, licenciada em biologia. Esse cordel foi escrito em 22 estrofes de 4 versos, com esquema de rimas mistas, sendo destacadas duas estrofes desse trabalho.

Nós do 2ºB temos uma informação  
Que nosso dever é acabar com a poluição  
Por isso ouçam com atenção  
E demonstre sua dedicação.

Poluição quando nasce  
Se esparrama pelo chão  
Nosso filhos quando cresce  
Diz: Meu Deus que tanta destruição.

**Figura 5 – Alunos do 2º ano B do Colégio Estadual Gilda Ramos dos Santos**



Fonte: Arquivo da pesquisa.

O terceiro cordel destacado foi produzido pelos alunos do 1º C e 1ºD, sobre a orientação do professor Eli Rogério, licenciado em biologia, e Orley Germano, licenciado em história. Os alunos dessas duas turmas produziram um cordel intitulado: *O Homem e seu Ambiente*, construído com 18 estrofes de quatro versos (quadra) no esquema de rimas - abcb. Destacamos duas estrofes.

Sobre o homem e seu ambiente  
É o que vamos falar  
Todos precisam ter cuidado  
E do meio ambiente zelar.

Essas trovas foram feitas  
Para chamar sua atenção  
O planeta é só um  
Não existe outro não.

O quarto cordel produzido pelos alunos do 3º ano C teve como orientadora a professora Ana Cristina Peixoto, também coordenadora na época, da área de ciências exatas no Colégio Estadual Gilda Ramos dos Santos. Este cordel foi escrito com o título: *A Natureza Pede Socorro*, feito no esquema de rima ababab, com vinte e duas estrofes de seis versos (sextilhas) considerados por muitos cordelistas mais difícil do que a quadra, pois necessita de mais frases rimando entre a primeira e a segunda frase e assim conseqüentemente até a sexta frase. Destacamos uma estrofe:

Água cristalina fica o homem a procurar  
Corre o mundo tão deserto e nada o faz achar  
O que será deste homem se a água acabar?  
Não lhe faltará a fé. Deus irá lhe ajudar  
E seu povo sofredor, o sonho vai realizar  
Pois água cristalina da fonte irá jorrar.

#### 4.2 ECOPEDAGOGIA COM CORDEL NO COLÉGIO MUNICIPAL MARIA ELEONORA CAJAHYBA (2010)

O resultado da ação foi tão positivo no Colégio Estadual Gilda Ramos dos Santos, que se resolveu ampliá-lo ao Colégio Municipal Maria Eleonora Cahyba na cidade de Jitaúna. Seguimos os mesmos passos, utilizando a metodologia problematizadora, para obtenção do conhecimento.

Assim, os questionários aplicados aos professores da disciplina Educação Ambiental nas 5<sup>o</sup> series, do Colégio Municipal Maria Eleonora Cahyba, teve como finalidade avaliar o ensino da disciplina Educação Ambiental na maior escola do município, que conta com um total de 1.106 alunos, atendendo de 5<sup>o</sup> a 8<sup>o</sup> series, divididos nos turnos matutinos, vespertinos e noturnos.

A utilização da literatura de cordel em sala de aula mostra como esse gênero textual, pode contribuir de forma prazerosa na aquisição de conhecimentos, e como essa cultura escrita e oral, pode ser utilizada na construção e na aprendizagem da conscientização sobre a importância da Educação Ambiental bem como na formação de cidadãos participativos nas decisões sócios ambientais.

**Figura 6 – Apresentação no Colégio Municipal Maria Eleonora Gajahyba**



Fonte: Arquivo da pesquisa.

O projeto aplicado no Colégio Municipal Maria Eleonora Cahyba foi apresentado aos professores e coordenadores pedagógicos com o intuito de trabalhar a educação ambiental nas quinta séries dos turnos matutino e vespertino. Esse Colégio conta com um total de doze turmas, sendo sete no turno matutino e cinco turmas no turno vespertino, atendendo a um total de 230 alunos nesses dois turnos. O desenvolvimento desse trabalho se deu dentro da disciplina educação ambiental, implantada nos currículos no ano de 2010, pela portaria 1.128/09. A qual já explicada no capítulo anterior gerou dúvidas e insegurança pelos educadores na aplicação da Educação Ambiental como disciplina.

Apresentou-se o projeto escrito aos professores e construímos junto um calendário para a aplicação do mesmo, bem como objetivos e temas que seriam aplicados por cada professor. No início, os professores, aqueles que já conheciam o cordel, agiram de forma desconfiada, achando que os alunos, na sua grande maioria oriundos da zona rural, não seriam capazes de desenvolver e construir os cordéis.

Diante das dúvidas dos professores, foram realizadas reuniões com os alunos para explicá-los como o cordel é formado e, então sugerimos que eles, orientados pelas professoras da disciplina, formassem grupos de estudos. Dentro desses grupos, eles iriam construir algumas estrofes em equipes e depois juntariam essas estrofes que formariam os cordéis.

**Figura 7 – Alunos apresentando o projeto**



Fonte: Arquivo da pesquisa

No turno vespertino, a professora Ednalda Menezes, aplicou o projeto voltado às 5<sup>o</sup> séries A, B, C, e com um total de 65 alunos, com o tema “*Cuidar do Meio Ambiente é Cuidar da Própria Vida*”. Em um dos trechos do cordel, eles escreveram sobre o problema do lixo.

“Não jogue lixo no chão  
Porque é falta de educação  
Jogue lixo no lixo  
Pois é nossa obrigação”

Na aplicação do cordel da 5<sup>o</sup> série A, do turno matutino, os alunos falaram sobre a importância que a energia solar tem nas nossas vidas, destacando a quantidade de raios solares que o nosso território recebe e como essa energia pode ser utilizada no cotidiano das pessoas. Esse cordel possui uma quantidade de 15 estrofes ou pés, e possui a forma mista.

“A energia solar  
Não polui o painel  
A energia gerada por ela  
Esta apresentada no cordel”

**Figura 8 – Apresentação do Projeto de Cordel e Educação**



Fonte: Arquivo da pesquisa.

A professora responsável pela aplicação da disciplina Meio Ambiente no turno matutino, Meiry Maria Aparecida Bittencourt Peixoto Gomes, facilitou a construção

com os alunos da 5<sup>o</sup> B o cordel de quatro estrofes ou versos (quadra) com um esquema de rimas mistas, intitulado *Poluição dos Rios*. Esse cordel falou da poluição que os rios sofrem no contexto atual, destacando a poluição despejada em forma de esgoto no principal manancial que abastece a cidade de Jitaúna o rio Preto.

“Riachos poluídos  
Neste cordel vamos ver  
O Rio Preto destruído  
Ninguém sabe por quê.”

**Figura 9 – Apresentação da 5<sup>a</sup> B**



Fonte: Arquivo da pesquisa.

A 5<sup>o</sup> série C usou como tema a *Destruição das Matas*. Orientadas pela professora Meiry Aparecida, a turma construiu um cordel com 15 estrofes ou pés, uma forma de rimas mistas. Nesse cordel eles falaram sobre a importância que as matas possuem no meio ambiente e, conseqüentemente nas nossas vidas.

“Se liga minha gente  
Não destrua o meio ambiente  
Porque você vai estar destruindo  
Um pedaço da gente”.



Na 5º D matutino, orientados pela professora Meiry Aparecida, os alunos construíram um cordel de 21 estrofes e quatro versos no esquema de rimas abab, no qual eles escreveram um cordel com o título, *Consumo e Desperdício, os Pecados das Cidades Grandes*. Destacamos uma parte desse cordel.

**Figura 10 – Apresentação da 5ª E sobre Cordel**

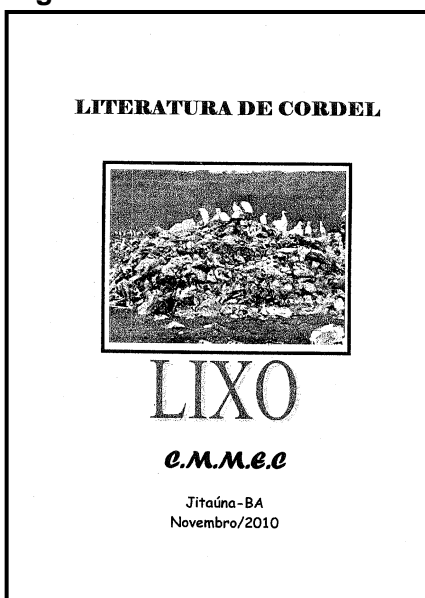


“O lixo jogado no chão  
Destrói a vegetação  
Temos que cuidar  
E também conservar

Fonte: Arquivo da pesquisa.

A turma da 5º E, construiu sobre a supervisão da professora Meyre Isabel, o cordel intitulado *Lixo*. Formado com vinte e nove estrofes e quatro versos, nesse cordel os alunos abordam as várias formas de lixo que existem: o industrial, domiciliar, hospitalar e o cuidado que devemos ter ao lidar com cada um desses lixos. Destacamos uma estrofe:

**Figura 11 – Cordel: Lixo**



“Flores amarelas  
Reflorescem todo ano  
Cuidado com o ambiente  
Que está se acabando”.

Fonte: Arquivo da pesquisa.

Aquecimento Global, foi o título da 5ª G matutino, que construiu um cordel com 25 estrofes de 4 versos, com um esquema de rima mista, em que a professora Mayre Isabel coordenou o trabalho. Destacamos a estrofes:

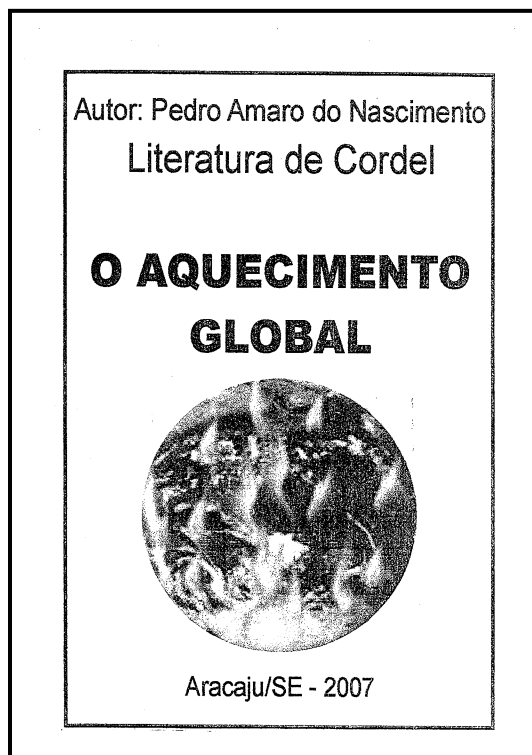
**Figura 12 – Apresentação da 5ª G**



Fonte: Arquivo da pesquisa

**Figura 13 – Cordel: O aquecimento global**

“Hoje acordei com um brilho no olhar  
Porém comecei a lembrar  
Que o mundo está acabando  
Por causa da poluição”

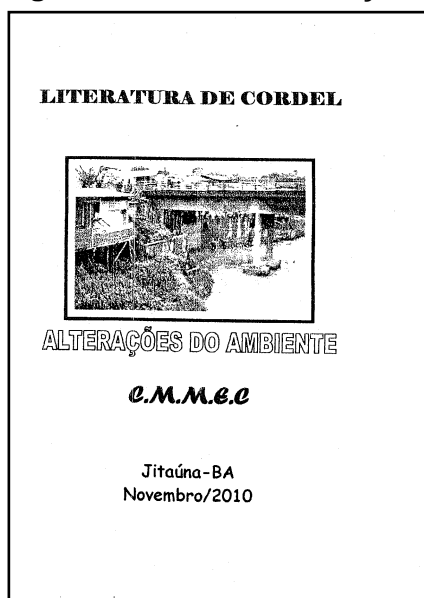


Fonte: Arquivo da pesquisa



Na 5<sup>o</sup> F matutino, a professora Mayre Isabel desenvolveu com os seus alunos o cordel com o título: *Alteração do Ambiente*, com vinte e sete estrofes de quatro versos, com um esquema de rima mista, neste cordel foi abordado pelos alunos as alterações que o meio ambiente está sofrendo devido à poluição.

**Figura 14 – Cordel: Alterações do ambiente**



“O mundo poluído  
É aquele sem destino  
O mundo desmatado  
É aquele maltratado”

Fonte: Arquivo da pesquisa

## 5 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

Observou-se que a abordagem da educação ambiental pelo sistema escolar de ensino, bem como a utilização do cordel como material didático, pode servir como um valioso instrumento na conscientização e mudança de comportamento das pessoas, tentando assim amenizar problemas ambientais concretos entre a sociedade e o meio ambiente, o que interfere e influencia na qualidade de vida de todos.

A importância de haver uma disciplina que faça a sociedade refletir sobre a forma que ela lida com a natureza e, conseqüentemente, sobre uma possível mudança de comportamento e relacionamento entre ambas, só é possível através da conscientização e sensibilização que a educação proporciona.

### 5.1 ENTREVISTAS COM PROFESSORES

Nas entrevistas com os professores, as quais se fundamentaram na intenção de conhecer dados sobre o porte da escola e qual a clientela que a mesma atende (alunos da zona rural e urbana do município). O colégio atende a um total de 503 alunos no turno matutino, sendo 188 das 5ª séries as quais estão divididas em sete turmas, classificadas as salas de A até G.

No turno vespertino, o colégio atende a 201 alunos, 93 desse total estão matriculados nas 5ª séries divididos em três turmas onde as salas estão classificadas de A até C. No turno noturno, o colégio conta com um total de 402 alunos, sendo 112 nas 5ª séries. Porém, a professora dessas turmas, que também participou da pesquisa em outro turno, optou pela não participar destes alunos.

No que se refere à forma de organização das carteiras em sala de aula e das três professoras que participaram da pesquisa, duas responderam que arrumam as carteiras da sala em fila e uma respondeu que possibilita que os alunos arrumem a sala como os mesmos considerem melhor. É interessante notar que a forma de arrumar as carteiras em sala, indica a forma como a metodologia do professor é aplicada.

Quanto ao segmento de intenção de pesquisar sobre o acesso dos alunos às fontes de pesquisa bibliográficas, não somente o livro didático, mas também outros livros que pudessem auxiliar como fonte de pesquisa e conseqüentemente, na formação do aluno. Todos responderam que o colégio possui biblioteca, mas que os livros, em parte, não estão atualizados. No que diz respeito aos livros voltados à educação ambiental, a questão 8ª, quis saber se o colégio disponibiliza outros livros voltados à educação ambiental, onde duas professoras responderam que disponibiliza e uma professora não respondeu.

Sobre a utilização do livro didático, com o tema sobre Educação Ambiental, aplicado em sala, está adequado à realidade do aluno, duas professoras não responderam, deixando em branco, e uma professora respondeu que o livro didático não está adequado à realidade vivenciada pelo colégio.

Com relação à informatização da biblioteca, e se esta possui conexão com a internet, todos os três professores responderam que a biblioteca não possui computadores. O que chamou a minha atenção é que o colégio possui uma sala de informática conectada à internet. Ainda foi perguntado de forma informal, se eles tinham acesso a pesquisas na internet, através desses computadores, os mesmos responderam que só têm acesso caso o professor esteja presente.

Questionados a respeito de como é trabalhada a Educação Ambiental no colégio, qual a série que é implantada e quanto tempo é trabalhada como disciplina, todos responderam que a disciplina foi implantada há um ano. Neste tocante, é importante destacar que a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, através da Portaria 1.128/09, implantou a disciplina Educação Ambiental nas 5ª series, sendo exigido que entrasse em vigor em 2010.

Interrogados sobre há quanto tempo o colégio trabalha com a temática Educação Ambiental como projeto, uma professora respondeu que trabalha há um ano e duas professoras responderam de dois a quatro anos. Podemos observar que os PCN citados neste trabalho já sugerem ações com a educação ambiental desde a sua criação em 1997.

Todas as professoras responderam que sim, quando questionadas se a educação ambiental é trabalhada de forma polidisciplinar.

Há quanto tempo leciona? Duas professoras responderam que tinham de 12 a 17 anos de experiência e uma que tem mais de 22 anos de experiência. No que se refere há quanto tempo leciona educação ambiental ou tema correlato, todos os

professores responderam de 1 a 5 anos. Sobre a formação profissional dos professores, dois responderam que são licenciados em letras e uma não respondeu deixando em branco.

E se possui conhecimentos sobre as Conferencias Internacionais, Leis Federais e Leis Estaduais que dizem respeito à Educação Ambiental, uma professora respondeu que parcialmente, e dois, que sim tem conhecimento.

Tais fatos são relevantes, ao trabalhar com a disciplina Educação Ambiental, para demonstrar aos alunos todo o processo que deu origem a essa disciplina. E também oportunizar discussões sobre o meio ambiente bem como problemas como poluição não é algo novo, mas um problema de muitas gerações anteriores à deles.

No tocante a quais os assuntos que considerava melhor para se tratar na aula sobre Educação Ambiental, de forma geral a resposta foi a poluição.

Quando questionados sobre a própria prática pedagógica, em sala de aula, todos os professores responderam que se consideram um educador construtivista.

Em referência ao conhecimento sobre o Projeto Político Pedagógico da Escola, todos responderam que sim. O PPP desempenha importância estratégica dentro do planejamento educacional, pois discute com a comunidade escolar (pais, professores, funcionários e alunos), sobre os problemas que a escola possui e traça algumas metas e objetivos a serem alcançados.

Questionados se o PPP da escola está adaptado a trabalhar com as questões ambientais, dentro da realidade em que ela está inserida duas professoras responderam que sim e uma professora informou que o PPP atende parcialmente a realidade do colégio.

Para melhor compreensão dos dados descritos acima, foi formulada uma tabela, a qual possibilita de forma sistemática a observação de tais informações, possibilitando um melhor entendimento, haja vista, que tais informações possibilitam uma reflexão de como a escola esta posicionada frente à temática da Educação Ambiental, a partir destas buscar problematizar quais as adequações necessárias para se obter melhores resultados frente à conscientização da população.

Desta forma, a tabela 1, apresentada a seguir, contém as respostas de forma sistematizada.

Tabela 1 – Entrevista com os três professores

TEMA	VARIÁVEIS	QUANTIDADES
Organização das carteiras em sala de aula	Arrumam em fila	2
	Deixa a critério dos alunos	1
Intenção de pesquisar sobre o acesso dos alunos às fontes de pesquisa bibliográficas	Possui biblioteca	3
Disponibilidade de livros voltados à educação ambiental	Escola disponibiliza	2
	A escola não disponibiliza	1
Informatização da biblioteca possui conexão com a internet	Não	3
Tempo que é trabalhada a Educação Ambiental	1 ano	
Quanto tempo o colégio trabalha com a temática Educação Ambiental como projeto	Mais ou menos 1 ano	1
	Dois a quatro anos	2
Educação ambiental é trabalhada de forma quanto tempo leciona a polidisciplinar	Sim	
Tempo que leciona	12 a 17 anos	2
	22 anos	1
Tempo leciona educação ambiental	1 a 5 anos	3
Formação profissional dos professores	Licenciados em letras	2
	Não informou	1
Conhecimentos sobre as Conferencias Internacionais, Leis Federais e Leis Estaduais sobre Educação Ambiental	Parcialmente	1
	Sim	2
Temas melhor se tratar na aula sobre Educação Ambiental,	Poluição	3
Própria prática pedagógica	Construtivista	3
Conhecimento sobre o Projeto Político Pedagógico da Escola	Sim	3
PPP está adaptado com as questões ambientais da realidade da escola	Sim	2
	Parcialmente	1

Fonte: Arquivo da pesquisa 2012.

## 5.2 ENTREVISTAS COM ALUNOS

Na tabela a seguir iniciaremos analisando a concepção dos alunos da 5ª série acerca do desenvolvimento da Educação Ambiental.

Onde na primeira coluna, refere-se ao conhecimento dos alunos acerca da educação ambiental. Encontramos os dados: 96% referiram possuírem entendimento sobre educação ambiental e 4% informaram que não sabem o que é educação ambiental.

Na segunda coluna os alunos foram questionados se a escola desenvolvia trabalhos sobre a temática ambiental, sendo que 93%, responderam que sim, 6% responderam que não é trabalhado e 1% dos alunos informou parcialmente.

No que se refere à concepção dos educandos na efetivação da ecopedagogia no contexto escolar (terceira coluna), obtivemos os seguintes dados: 99% responderam que sim, é importante trabalhar educação ambiental na escola, e 1% responderam que não é importante.

Já na quarta coluna, refere-se sobre a disponibilidade de livros que falam sobre a educação ambiental, 51% responderam que a escola não disponibiliza livros que falam sobre o tema, 48% informaram que a escola disponibiliza, e 1% corresponde aos alunos que deixaram em branco.

Esse percentual informando um equilíbrio sobre o acervo que a escola possui com o tema educação ambiental, e os que responderam não, nos levou a ir verificar a veracidade da informação. Após a verificação, chegou-se à conclusão que a biblioteca possui 2843 livros, sendo que correspondentes à educação ambiental não foi encontrado nenhum exemplar. As fontes disponíveis para ecologia correspondem ao acervo de livros de outras áreas de abrangência, como biologia, geografia, português entre outros.

Tal informação leva-nos a concluir que existe uma necessidade de incentivo para que os alunos frequentem mais a biblioteca, instigando-os à investigação e pesquisa. Para isso, é necessário um projeto para aquisição de livros referente à área de educação ambiental.

Também foi questionado aos alunos se a escola disponibilizava de outros materiais didáticos para trabalhar com Educação Ambiental (quinta coluna), ao que 95% responderam que sim, 4% responderam e 1% não optou.

Vale salientar, que conhecer a concepção dos alunos frente à educação ambiental, assim com a mesma vem sendo tratada no contexto ao qual estão inseridos, justifica-se, pois por meio destes dados todo corpo envolvido (professores, pais...), terão possibilidade de traçar novos caminhos para que os alunos satisfaçam melhor na aquisição da aprendizagem.

Assim sendo, na tabela 2 são apresentadas as respostas de forma sistematizada.

Tabela 2 – Conhecimentos dos 271 alunos da 5ª série sobre Educação Ambiental

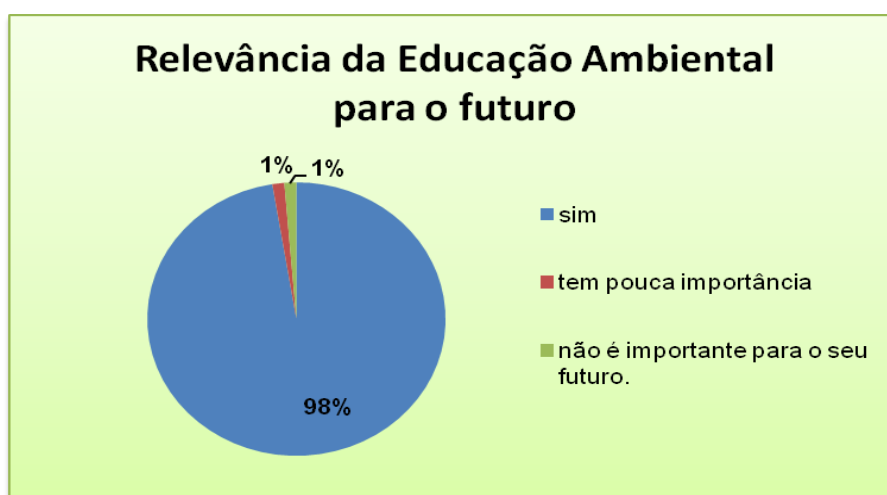
	Possui concepção acerca da EA	A escola trabalha com EA	Considera a EA importante	Disponibilidade de livros	Possui outros materiais didáticos
<b>Sim</b>	96%	93%	99%	48%	95%
<b>Não</b>	4%	6%	1%	51%	4%
<b>Parcialmente</b>	-	1%	-	-	-
<b>Não respondeu</b>	-	-	-	1%	1%

Fonte: Arquivo da pesquisa.

Na realização da observação do campo de pesquisa, notamos que a única fonte disponível existente sobre educação ambiental no Colégio Municipal Maria Eleonora Cahyba constitui o laboratório de informática.

No gráfico, a seguir observamos que, apesar dos inúmeros projetos e campanhas realizadas no âmbito nacional e internacional, ainda existem alunos que consideram a sustentabilidade, um assunto ermo, no qual não estão inseridos. Demonstrado com isso, não possuem a visão crítica, criativa e ética responsável de pensadores superiores, que buscam investigar o conhecimento ao seu redor, comprovando a necessidade de efetivação na metodologia problematizadora, em junção da ecopedagogia, para sensibilizar esta parcela aleia à importância da manutenção do equilíbrio ambiental para a atual sociedade e futuras.

Gráfico 1 – Concepção dos alunos sobre a relevância da Educação Ambiental para o futuro

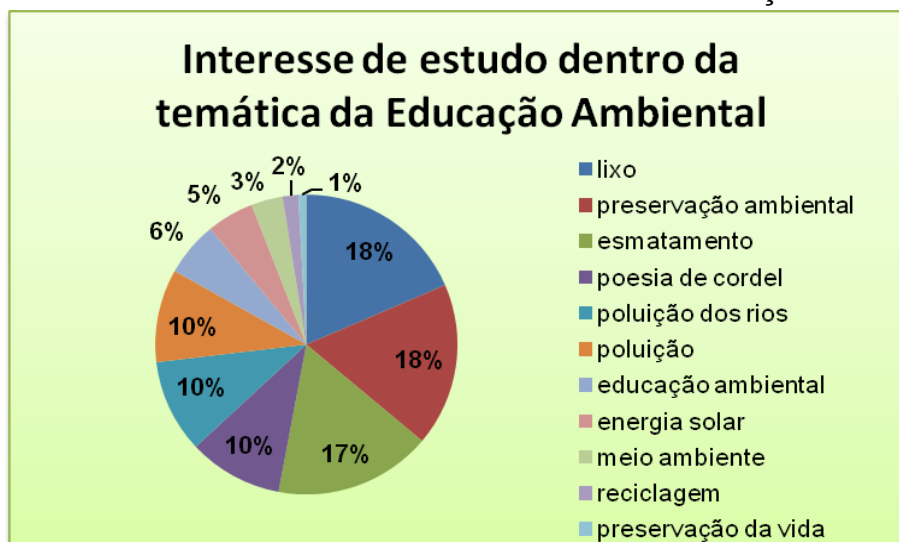


Fonte: Arquivo da pesquisa

Neste tocante encontramos os resultados de 98% que afirmaram que a educação ambiental tem importância no seu futuro, 1% responderam que tem pouca importância e 1% respondeu que a educação ambiental não é importante para o seu futuro.

Já no Gráfico 2 ilustra o que obtivemos como resposta dos entrevistados ao serem questionados quanto ao assunto que mais gostariam de trabalhar dentro da Educação Ambiental; 18% responderam que gostam de trabalhar com o tema ligado ao lixo; 18% gostam de trabalhar com o tema preservação ambiental; 17% dos alunos gostam de trabalhar com o tema desmatamento; 10% dos alunos informaram que gostam de trabalhar com o tema poesia de cordel; 10% com o tema poluição dos rios; 10% dos alunos responderam que gostam de trabalhar com o tema poluição; 6% gostam de trabalhar com o tema educação ambiental, 5% expressaram que gostam de trabalhar com energia solar; 3% gostam de trabalhar com o meio ambiente; 2% dos alunos gostam de trabalhar com reciclagem; 1% gosta de trabalhar com o tema ligado a preservação da vida.

**Gráfico 2 – Tema de interesses do aluno dentro da Educação Ambiental**



Fonte: Arquivo da pesquisa



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planeta terra encontra-se em um momento delicado. A espécie humana precisa urgentemente implementar o princípio da cooperação tanto entre si quanto em relação à natureza, caso deseje continuar a existir e atingir um estado de não consternação. Isso porque todos os elementos que constituem o planeta estão interconectados em teias, em cadeias produtivas, e não existe a sustentabilidade de uma única espécie, pois o equilíbrio ambiental é fundamental para sobrevivência de todo ecossistema.

A sociedade contemporânea tem vivenciado um avanço nas políticas públicas voltadas para a implementação da Educação Ambiental, que favoreça o desenvolvimento da cultura de sustentabilidade, com vistas à manutenção da vida, dos recursos naturais e da qualidade de vida. Mas um dos maiores desafios na luta em favor do meio ambiente encontra-se na formação de indivíduos críticos, conscientes e eticamente responsáveis.

Nesse contexto, a escola deve construir um currículo capaz de contribuir para o incremento de práticas educativas críticas e transformadoras, que desenvolva a dialogicidade, o coletivo, a cultura da preservação do planeta e da formação de um cidadão planetário. Nessa perspectiva, este estudo utilizou da metodologia da pesquisa-ação para avaliar um projeto no Colégio Municipal Maria Eleonora Cahyba, no município de Jitaúna, que contempla como um dos seus componentes a Ecopedagogia em um trabalho polidisciplinar, utilizando o cordel como instrumento de ensino/aprendizagem. O projeto aconteceu no período de 2010, e o corpo docente era composto de professores que atuam nas 5<sup>as</sup> séries iniciais.

Os resultados apresentados e discutidos, nos itens anteriores, sobre a importância da Ecopedagogia no Currículo escolar do ensino fundamental e as suas contribuições para a formação continuada de indivíduos permitem afirmar que: há um avanço na formação, com reflexos na sala de aula e no ambiente social, ao oportunizarmos uma ampliação das discussões sobre a temática meio ambiente e seus aspectos pedagógicos, face à situação crítica que vivenciamos em nosso planeta.

Vale salientar que o uso do cordel como instrumento para a ecopedagogia contribuiu para a aquisição de novos conhecimentos sobre o meio ambiente e as

formas de abordagens da temática no contexto educacional, bem como para a conscientização sobre a necessidade do uso racional dos recursos naturais e da formação do cidadão planetário.

Os 271 alunos da 5ª série do ensino Fundamental abordaram, de forma contextualizada, através do cordel, temas como lixo, poluição, desmatamento, fauna, flora, preservação ambiental e água. O que demonstra uma estreita vinculação com os conteúdos trabalhados das demais disciplinas.

No tocante aos docentes, é relevante destacar que foi bastante satisfatório o empenho em mediar o ensino/aprendizagem, procurando contribuir para o desenvolvimento da cidadania ambiental e a cultura da sustentabilidade.

Diante desse resultado, hipótese de problematização da pesquisa sobre a efetividade da ecopedagogia com uso do cordel como proposta para o ensino/aprendizagem cumpriu seu papel de desencadear novas reflexões porque todos demonstraram grande interesse na mudança de comportamento. Contudo, somente com a continuidade do planejamento inteiro (a partir agora da reprogramação seguindo todo o circuito de execução, acompanhamento, avaliação) ao longo do tempo, e de estudos futuros poder-se-á avaliar transformações da consciência na práxis.

A realização desta pesquisa foi muito gratificante enquanto profissional atuante de educação especialmente enquanto cidadão. Os conceitos nela trabalhados e a interação com as pessoas, reforçaram a necessidade de uma mobilização social em defesa do meio ambiente, além da urgência da ampliação dos conceitos de educação ambiental, para além das escolas e que atinjam toda a sociedade, por isso deve ser alvo de políticas públicas urgentes.

Para finalizar, vale salientar que a ecopedagogia desenvolve uma motivação nos educandos, pois eles sentem a necessidade da conscientização e intervenção dos problemas, sentem que são capazes, de ser e fazer a diferença, haja vista, que a motivação é fator preponderante para o desenvolvimento e o sucesso de um trabalho. Dessa maneira, é necessário que o professor se apresente como parceiro e possibilite a abertura para que seu aluno opine e enriqueça o trabalho. Nossa prática constatou que além da motivação, é importante que o assunto em estudo seja relevante, que os alunos se sintam responsáveis, com isso, damos o primeiro passo para a formação de cidadãos críticos, criativos, eticamente responsáveis, que atuem e que façam a diferença na sociedade.

## REFERÊNCIAS

ABICALIL, Carlos Augusto. **Sistema Nacional de Educação Básica: nó da avaliação?** Educação & Sociedade. Educ. Soc. vol.23 no.80 Campinas Sept. 2002. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002008000013>> acesso em 12/04/2012

ALENCAR, Sampaio Antonio. **Cordel, Conhecendo o Cerrado**. Goiânia: Kelps, 2005.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 2002.

ARROYO, M. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ASSIS, Eveline Silva. **A UNESCO e a educação ambiental**. Brasília, v. 10, n. 49, p, 59, 62, jan/mar,1991.

BERBEL, N. N.: “**Problematization**” and **Problem-Based Learning: different words or different ways?** Interface — Comunicação, Saúde, Educação, v.2, n.2, 1998.

BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres**, São Paulo, editora Ática, 1995.

BORDENAVE, J. ; PEREIRA, A. **Estratégias de ensino aprendizagem**. 4. ed., Petrópolis: Vozes, 1982.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 brasileira: ações prioritárias / Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional**. 2. ed. Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira>> acesso em 10/12/2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21**. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – 1992. Brasília, Senado Federal, 1996.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm)> acesso em 10/12/2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999** Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm)> acesso em 10/12/2009.

BRASIL. MEC – **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Introdução. Vol. 1, Brasília: Secretaria de Educação Fundamental (SEF), 1997.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Meio ambiente/saúde** / secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 128p. 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRITO, Ana Rosa Peixoto de. **LDB da “Conciliação” possível à Lei “Proclamada”**. Graphitte: Belém, 1997.

BRÜMMER, Simone. **Histórico dos movimentos internacionais de proteção ao meio ambiente**. Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2738, 30dez. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/18162>>.

COSTA, Tarcio. **A história da Literatura de Cordel por A. A. de Mendonça**, 2012. Disponível em <  
[http://tarciocosta.com.br//index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=385](http://tarciocosta.com.br//index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=385) >  
acesso em 12/06/2010.

DANTON, Gian. Filosofia; Conhecimento Prático. **Escala**, São Paulo. nº 21, 2009.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. 2ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1993.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1998

DIAS, Genebaldo Freire. Os quinze anos da educação ambiental no Brasil. **Em Aberto**, Brasília, ano 10, nº 49, p. 3-13, jan./mar.1991.

EFFTING, Tânia Regina. **Educação Ambiental Nas Escolas Públicas**: Realidade e Desafios. Monografia. Curso de Especialização: Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Marechal Cândido Rondon. 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 47nd edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo: **Pedagogia Da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia Da Indignação**: Cartas Pedagógicas e outros escritos. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 1998.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis,2000.

GIESTA, Nágila Caporlândia. **Tomada de decisões pedagógicas no cotidiano escolar**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª edição, Editora Atlas, São Paulo 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª ed.; 8ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

GONÇALVES, Vera Lucia Mira; LEITE, Maria Madalena Januário; CIAMPONE, Maria Helena Trench. **A pesquisa-ação como método para reconstrução de um processo de Avaliação de desempenho** C it E f C itib 9 1 50 59 j /j 2004.

GUIMARÃES, Thelma: **Meio Ambiente e Sociedade**. São Paulo: Pearson, 2008.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação ambiental pra quê?** Texto complementar do Bloco Temático IV, E-book do Curso de Educação Ambiental do SENAC/DF, 2006.

GUTIÉRREZ, Francisco, PRIETO, Daniel. **A mediação pedagógica**. Educação à distância alternativa. São Paulo: Papyrus, 1994.

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, mp. a1rç8o9/-220050,3 março/ 2003 . Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>> acesso em 08/02/2012.

JURAS, Ilidia da Ascensão Garrido Martins. **Mudança do Clima**. Consultora Legislativa da Área XI Meio Ambiente e Direito Ambiental, Organização Territorial Desenvolvimento Urbano e Regional, 2009. Disponível em <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/3963/mudanca\\_clima\\_juras.pdf?sequence=1](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/3963/mudanca_clima_juras.pdf?sequence=1)> acesso em 28/05/2012

LOUREIRO, C.F.B. **O que significa transformar em Educação Ambiental?** In: Zakrzewski, S.B.; Barcelos, V. (Orgs.) Educação ambiental e compromisso social. Erechim: EdiFapes.2004

MAIA, João Domingues. **Literatura: Textos e Técnicas**. São Paulo: Ática, 1995.

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.

MATTOS, Suzi de. **Educação Ambiental na Escola: teoria x prática sob o ponto de vista interdisciplinar**, 2006. Disponível em

<<http://www.amigosdanatureza.org.br/noticias/306/trabalhos/70.EA-4.pdf>> acesso em 12/04/2012.

MEYER, Mônica Angêla de Azevedo. **Educação ambiental: uma proposta pedagógica**. Em Aberto, Brasília/DF, ano 10, n° 49, p. 41, jan./mar.1991.  
MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec – Abrasco, 2002.

MINC, Carlos. **Ecologia e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 2005.

MOREIRA, Thiers Martins. **Literatura popular em verso**. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Casa de Rui Marbosa, 1964, VII, t. 1 (antologia).

MORIN, Edgar, **Os Sete Saberes Necessários À Educação Do Futuro**; tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeane Sawaya; 11 ed. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: UNESCO. 2006.

OLIVEIRA, Elísio Márcio. **Que fazer interdisciplinar: A Educação Ambiental uma possível abordagem**. Brasília/DF, IBAMA, 2000.

OLIVEIRA, Nilza Aparecida da Silva. **A percepção dos resíduos sólidos (lixo) de origem domiciliar, no bairro Cajuru-Curitiba-Pr: um olhar reflexivo a partir da educação ambiental**, 2006. Dissertação do Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná. Disponível em <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos\\_teses/GEOGRAFIA/Dissertacoes/disser\\_lixo.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/GEOGRAFIA/Dissertacoes/disser_lixo.pdf)> acesso em 12/06/2012.

PIRES, Marco Túlio. **COP 16. tentará reduzir emissões de países ricos**, 2010. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/cop-16-tentara-reduzir-emissoes-de-paises-ricos/imprimir>> acesso em 28/05/2012

REIGOTA, Marcos. **Les représentations sociales de l`environnement et les pratiques pédagogiques quotidiennes de professeurs de sciences à São Paulo-Brésil**. Louvain, 1990. Tese (Doutorado), Universidade Católica de Louvain, 1990. Retrato, Brasil, Manifesto, 2007.

RICHARDSON, RJ. ET AL. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo, Atlas, 1999

RUSSO, Célia Regina. **A Prática da Educação Ambiental na UniABC**. Disponível em <[terra.com.br/educacao/cepambiental/eauniabc.html](http://terra.com.br/educacao/cepambiental/eauniabc.html)> acesso em 04/04/2012.

SATO, Michele. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

SATO, Michèle, CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Educação ambiental**. Porto Alegre : Artmed, 2005.

SILVA, Ana Célia Bahia. **Projeto Pedagógico: Instrumento de gestão e mudança**. UNAMA. Belém. 2000.

SILVA, Antonio Fernando Gouvêa da. **A construção do currículo na Perspectiva Popular crítica**: das falas significativas às práticas contextualizadas. Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. SÃO PAULO – 2004.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p.

**Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. Disponível em <[www.rebea.org.br](http://www.rebea.org.br)> Acesso em 05/12/2008.

TAMAIIO, I. **A Mediação do professor na construção do conceito de natureza**. Campinas, Dissert.(Mestr.) FE/Unicamp, 2000.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2006.

UNESCO/UNEP. **Intergovernmental Conference on Environmental Education**. Final Report, Conferência de Tblisi (URSS), 1977.

UNESCO, **Tendances de l'éducation relative a l'environnement après Tibilisi**. Paris: Universidade Católica de Louvain, 1977.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento**: Para onde vai o professor? Liberdade: 8 ed. 2001.

VASCONCELLOS, Celso dos S.. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do trabalho político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertard, 2002.

VAZQUEZ, A.D. **Filosofia da praxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 454p.  
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico**: Uma construção possível. Cortez, 2001.

VEIGA, Ilma P. A. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola**: Uma Construção Possível. Campinas/SP: Papirus, 1995.

XIMENES, Sergio, 1954- **Minidicionário Ediouro da Língua portuguesa**. Ed. Ediouro. 2000.

## **APÉNDICES**



## APÉNDICE A – ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

Pesquisa realizada em relação aos alunos das 5ª séries do Colégio Municipal Maria Eleonora Cahyba na cidade de Jitaúna

1- Características da escola:

Porte:

Características dos alunos:

Total de alunos:

Turnos de funcionamento:

Como são organizadas as carteiras em sala de aula:

Fontes de acesso a pesquisas bibliográficas:

- 2- A escola possui livros didáticos sobre Educação Ambiental, aplicado em sala, está adequado à realidade do aluno?
- 3- Há informatização da biblioteca, e se esta possui conexão com a internet
- 4- Como é trabalhada a Educação Ambiental no colégio, qual a série que é implantada e quanto tempo é trabalhada como disciplina?
- 5- Há quanto tempo o colégio trabalha com a temática Educação Ambiental como projeto?
- 6- Sobre a educação ambiental é trabalhada de forma interdisciplinar?
- 7- Há quanto tempo leciona?
- 8- Há quanto tempo leciona educação ambiental ou tema correlato?
- 9- Sobre a formação profissional dos professores?
- 10- Possui conhecimento sobre as Conferências Internacionais, Lei Federais e Leis Estaduais que dizem respeito à Educação Ambiental?
- 11- Considera importante ao trabalhar com a disciplina Educação Ambiental, mostrar aos alunos toda a evolução que deu origem a essa disciplina?
- 12- Quais os assuntos que acha melhor para se tratar na aula sobre Educação Ambiental?
- 13- Na sua prática pedagógica, em sala de aula, você se considera um professor?
- 14- Tem conhecimento do Projeto Político Pedagógico da Escola?
- 15- O PPP de sua escola está adaptado a trabalhar com as questões ambientais, dentro da realidade em que ela está inserida?
- 16- A escola que você trabalha possui coordenador pedagógico?

## APÉNDICE B – ENTREVISTA COM OS ALUNOS DA 5ª SÉRIE

Pesquisa realizada com os alunos das 5ª séries do Colégio Municipal Maria Eleonora Cahyba na cidade de Jitaúna.

As questões de 1 a 8 subjetivas tem a intenção de investigar a faixa-etária bem como o desenvolvimento da disciplina Educação Ambiental estudada pelos alunos:

- 1) Quantos anos você possui:  
a) ( ) 8 a 9      b) ( ) 10 a 11      c) ( ) 12 a 13      d) ( ) mais de 14
- 2) Na escola é trabalhado Educação Ambiental.  
a) ( ) Sim      b) ( ) Não      c) ( ) Parcialmente
- 3) A escola disponibiliza livros que falam sobre Educação Ambiental.  
a) ( ) Sim      b) ( ) Não
- 4) Na escola existe outros materiais didáticos que trabalham com Educação Ambiental.  
a) ( ) Sim      b) ( ) Não
- 5) Você sabe o que é Educação Ambiental.  
a) ( ) Sim      b) ( )
- 6) O professor trabalha em sala de aula com outros materiais que falam sobre Educação Ambiental.  
a) ( ) Sim      b) ( ) Não
- 7) Para você é importante trabalhar Educação Ambiental na escola.  
a) ( ) Sim      b) ( ) Não
- 8) A educação ambiental tem importância no seu futuro.  
a) ( ) Muito      b) Pouca importância      c) Não é importante para o meu futuro.
- 9) Qual o assunto você mais gosta de trabalhar dentro da Educação Ambiental?

**APÊNDICE C – PROJETO DE INTERVENÇÃO DIDÁTICA COM GÊNEROS  
TEXTUAIS**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR-UCSAL  
MESTRADO PROF. EM PLANEJAMENTO AMBIENTAL  
PROFESSOR DR. Amilcar Baiardi  
ORIENTADOR**

**Paulo Marcio Santos de Queiroz**

**INTERVENÇÃO DIDÁTICA COM GÊNEROS TEXTUAIS**

Jitaúna- BA  
Setembro, 2010

## **INTERVENÇÃO DIDÁTICA COM GÊNEROS TEXTUAIS**

**Tema:** Educação Ambiental e Literatura de Cordel como Gênero Textual.

**Instituição:** Colégio Estadual Gilda Ramos dos Santos, localizado às margens da BR330, Km 27 na cidade de Jitaúna – BA. Com aproximadamente 500 alunos em 2009. Colégio Municipal Maria Eleonora Cahyba localizado no endereço Rua da Independência. Total de alunos: 1.106 em 2010.

**Público alvo:** alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

**Período:** Uma unidade

**Justificativa:** A Literatura de Cordel é uma produção típica do nordeste brasileiro, é uma poesia popular, originalmente oral depois impressa em folhetos rústicos escritos de forma rimada. É importante na manutenção da identidade local e das tradições literárias regionais.

Levar a literatura de cordel até a escola significa oportunizar um importante meio de ensino/aprendizagem aos alunos. Através da poesia popular o aluno poderá conhecer a cultura, o cotidiano, a realidade de um povo e suas peculiaridades. Além de possibilitar a versar sobre qualquer assunto e ser utilizado como recurso pedagógico para debater temas relacionados à educação escolar como cidadania, solidariedade, preconceito, discriminação racial, consciência ambiental, espiritualidade, ética, educação sexual, combate às drogas, violência, condição social da população, amor ao próximo. Este trabalho pretende socializar uma experiência com o gênero cordel com uma visão polidisciplinar no campo da ecopedagogia em sala de aula, pois o cordel tem o seu espaço no trabalho com gêneros textuais e consta inclusive nos PCN, buscando a formação de leitores eficientes, bem como formar cidadãos capazes de refletir e opinar sobre as decisões socioambientais que afetam a qualidade de vida de todos.

De posse das informações acima, busca-se a inserção do cordel no trabalho com gêneros textuais, o que pode ser feito em diversos contextos.

**Objetivos:**

- Promover a socialização, por meio dos trabalhos em grupo;
- Proporcionar momentos de reflexão sobre a língua;
- Ampliar o vocabulário do aluno;
- Utilizar a poesia de cordel como recurso pedagógico para debater temas relacionados à educação escolar;
- Estimular a leitura, a escrita e a reescrita na produção e edição de folhetos de cordel;
- Contribuir para o resgate da literatura de cordel na perspectiva de transformá-la em veículo de comunicação de massa.

**Gênero utilizado:** cordel

A maioria dos nossos alunos sente dificuldade em fazer uso da linguagem oral nas mais diversas situações de participação social, sendo assim, é relevante estimular o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno. Isto é, formar um falante competente, que produza textos (escritos e, especialmente, orais) adequados à compreensão de seus interlocutores.

Diante do exposto, foi escolhida a literatura de cordel como recurso didático, para se trabalhar o desenvolvimento da oralidade, para levar o aluno a usar a língua de forma variada e, principalmente, adequada ao contexto comunicativo de uso, visto que, esse tipo de literatura tem forte tendência à oralidade. Isso faz com que possamos considerá-lo como um intermédio entre a linguagem oral e escrita, na medida em que consiste num texto escrito para ser lido. Pode-se reconhecer que a literatura de cordel consiste num produto da sociedade e, como tal, não pode ser percebido fora do âmbito social. Portanto, a literatura de cordel está atrelada à realidade e, conseqüentemente, às práticas sociais.

Na oralidade dos textos dos folhetos da literatura de cordel se desenvolvem os mais variados aspectos da expressividade, como por exemplo: a entonação, a fluência, a pontuação, o ritmo da frase, entre outros.

**Descrição da atividade:**

- Apresentação do tema da proposta de trabalho em sala de aula com discussão para relacionar os assuntos que serão abordados;
- Pesquisa em livros e sites;
- Assistir documentários sobre o tema escolhido para o cordel;
- Leitura de textos, construção de estrofes, e do material informativo;
- Fazer um levantamento dos temas utilizados pelos cordelistas e discutir a forma como os apresentam;
- Propor aos alunos que tentem expressar um assunto selecionado na forma de versos;
- Escolher um dos assuntos de interesse do grupo e organizar a turma em equipes para a elaboração de folhetos de cordel;
- Exposição dos cordéis produzidos pelos alunos para a comunidade na culminância do projeto.

**Metodologia**

O método a ser utilizado consiste na Problematização, pois o mesmo constitui das seguintes etapas:

*1º Etapa – Observação da realidade (problema)* – o professor estimula o aluno a observar a realidade de modo crítico, possibilitando que o mesmo possa relacionar esta realidade com o cordel e a ecopedagogia dentro da disciplina. A partir dos conhecimentos prévios os alunos, os professores serão capazes de perceber os aspectos problemáticos desta realidade analisada.

*2º Etapa – Pontos chaves* – Desenvolvimento dos aspectos problemáticos, os alunos e professores devem classificá-los utilizando critérios de prioridade, refletindo sobre quais são os pontos chaves destes problemas, a fim de definir quais serão estudados e com qual profundidade.

*3º Etapa – Teorização* – momento em que os alunos buscam embasamentos científicos, técnicos, para avaliarem estes pontos chaves. As diferentes ângulos do problema são analisados.

*4º Etapa – Hipóteses de Solução* – é quando ocorre à elaboração das possíveis hipóteses de solução, assim como os aspectos problemáticos, estas

hipóteses devem ser classificadas utilizando-se critérios de adequação, logicidade, coerência.

E a 5ª Etapa – *Aplicação à realidade (prática)* – refere-se à concretização das medidas possíveis que podem ser tomadas para a transformação, em algum grau, da realidade em que vive. No nosso caso, o primeiro passo será a construção de cordéis com a temática meio ambiente.

A metodologia da problematização foi escolhida por possibilitar a formação de uma consciência da práxis. Buscando a adoção da concepção transformadora consciente e intencionalmente.

Por este motivo que este estudo compreende dentro do âmbito da metodologia problematizadora, pois esta possibilita a utilização da ecopedagogia, permitindo que, a partir da prática social que o homem busca refletir sobre os problemas do conhecimento, da história, da sociedade e do ser, e nessa busca encontram-se meios para justificá-la, dar sentido e até de transformá-la.

#### **Critérios de Avaliação da atividade:**

O Cordel, enquanto veículo do imaginário popular refaz os caminhos viesados do olhar da cultura de um povo, reconstituindo e oferecendo aos pesquisadores um espaço sempre aberto de reflexão. Portanto, as atividades permitirão aos professores a avaliação individual e coletiva, assim como também avaliar o interesse, participação e envolvimento dos alunos durante o projeto. Observando os seguintes itens: oralidade (entonação, fluência, pontuação, ritmo da frase, etc.) e produção de texto (embasado nas disciplinas de biologia e língua portuguesa).